



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

BOLETIM  **de**
CONJUNTURA 
DO RIO GRANDE DO SUL
V. 3 N. 1



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Ranolfo Vieira Júnior

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretário: Claudio Gastal

Secretária Adjunta: Izabel Matte

Subsecretário de Planejamento: Antonio Paulo Cargnin

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise Econômica: Vanessa Neumann Sulzbach

BOLETIM DE CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL

V. 3 N. 1, abril 2021

Porto Alegre, RS

Bol. Conj. RS	Porto Alegre	v. 3	n. 1	p. 1-28	abr. 2021
---------------	--------------	------	------	---------	-----------

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

<https://dee.rs.gov.br/boletim-conjuntura>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)

R. Duque de Caxias, 1691

Porto Alegre - RS - 90010-281

Fone: (51) 3216-9000

E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br

Homepage: <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Chefe da Divisão de Análise Econômica: Vanessa Neumann Sulzbach

Equipe Técnica: Fernando Ioannides Lopes da Cruz, Martinho Roberto Lazzari, Tomás

Amaral Torezani e Vanessa Neumann Sulzbach

Revisão Técnica: César Stallbaum Conceição e Sérgio Leusin Jr.

Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner

Normalização Bibliográfica: João Vítor Ditter Wallauer

Projeto Gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de conjuntura do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento,
Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n.
1, (2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e
Gestão, 2019- .
v. : il.

Trimestral.

1. Condições econômicas. 2. Economia Internacional. 3. Economia –
Brasil. 4. Economia – Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de
Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e
Estatística.

CDU 338.1

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

Publicação periódica trimestral que apresenta uma análise detalhada do desempenho da economia gaúcha no contexto dos mercados nacional e internacional.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1 ECONOMIA INTERNACIONAL	5
2 CENÁRIO INTERNO — BRASIL	10
2.1 ATIVIDADE ECONÔMICA	10
2.2 SETOR EXTERNO	12
2.3 INFLAÇÃO, CRÉDITO E JUROS	13
2.4 FINANÇAS PÚBLICAS	15
3 CENÁRIO INTERNO — RS	16
3.1 ATIVIDADE ECONÔMICA	16
3.2 SETOR EXTERNO	20
3.3 MERCADO DE TRABALHO	21
3.4 ARRECADAÇÃO DE ICMS	23
3.5 PERSPECTIVAS	24
PRINCIPAIS INDICADORES MENSAIS	26
REFERÊNCIAS	27

SUMÁRIO EXECUTIVO

Após a economia mundial dar sinais de recuperação, incertezas relacionadas a novas ondas da Covid-19 têm afetado negativamente o horizonte em termos sanitários e econômicos. Embora se verifique, desde o final do ano passado, diversas vacinas sendo aprovadas, campanhas de imunização bem-sucedidas e apoios adicionais de estímulo econômico nos países avançados, o ritmo lento da vacinação nos países emergentes e suas menores condições de lançar mão de estímulos econômicos reduzem o potencial de recuperação desses locais.

Estima-se que a economia global se tenha contraído 3,3% em 2020 (queda inferior ao projetado inicialmente, de 5,2%), com retrações importantes em economias avançadas e emergentes, excetuando-se a China, que cresceu 2,3% no período. Para 2021, espera-se um crescimento de 6,0%, conduzido, principalmente, pela recuperação mais acelerada dos países avançados, com destaque para os EUA, que têm imprimido um ritmo forte de vacinação e preparado pacotes fiscais robustos. O comércio mundial e a produção industrial global, que já recuperaram seus níveis pré-pandemia, devem seguir ganhando força.

Os preços das *commodities*, que experimentaram valorizações a partir de meados de 2020, devem seguir elevados com a permanência de estímulos econômicos em diversos países, sobretudo na China. O Estado do Rio Grande do Sul tende a se beneficiar, em 2021, com a continuidade dos preços altos das *commodities* agrícolas e com o retorno do comércio mundial.

No cenário interno, a recuperação registrada no terceiro e no quarto trimestre amenizou a contração estimada para a economia brasileira, que encerrou o ano com queda de 4,1%. Contribuíram para isso as medidas contracíclicas fiscais, monetárias e creditícias, compostas por programas de apoio a famílias e empresas e expansão de crédito em um ambiente de taxas de juros em mínimas históricas. Nesse contexto, ganharam destaque os investimentos, que cresceram 13,5% no último trimestre de 2020.

Os primeiros dados de 2021 mostram que o setor industrial brasileiro segue em ritmo de recuperação, porém com taxas mais amenas, em comparação aos últimos meses de 2020. Por outro lado, apesar de um resultado positivo em fevereiro, os setores de serviços e do comércio, mais afetados pelas restrições econô-

micas impostas pela pandemia, permanecem com dificuldades. No acumulado de janeiro e fevereiro, o volume de serviços caiu 3,5%, colocando o setor ainda num patamar 0,6% abaixo do nível de janeiro de 2020. As vendas do comércio, por seu turno, caíram 2,1% refletindo, em alguma medida, a interrupção do Auxílio Emergencial no final de 2020. A rodada adicional do Auxílio, a ser paga a partir de abril, com valores inferiores aos do ano passado, pode contrabalançar esse cenário, ainda que de forma limitada. Ademais, o ritmo lento de vacinação tende a impor maiores restrições à trajetória dos setores e da economia como um todo.

Para 2021, apesar da atividade econômica brasileira estar em trajetória de recuperação, com perspectiva de crescimento ao redor de 3,0% de acordo com o Relatório Focus de 01.04.2021, os desafios permanecem. A alta recente da inflação exigirá níveis cada vez maiores de juros, o que pode desacelerar o processo de retomada. Além disso, riscos altos recaem sobre a trajetória da dívida pública, que alcançou máximas históricas e tende a continuar sendo pressionada caso não seja cumprido o teto de gastos.

O Rio Grande do Sul, nesse contexto, além de ser afetado pela pandemia, também sofreu as consequências da estiagem durante os meses do verão e da primavera. No acumulado do ano, a economia gaúcha teve uma retração de 7,0%, superior àquela vista no Brasil. Os primeiros dois meses do ano, contudo, apontam para uma recuperação substancial da indústria, que já ultrapassou o nível pré-pandemia. No acumulado do ano até fevereiro, o avanço foi de 8,4%, com expansão de setores como o de máquinas e equipamentos, produtos de metal, químicos e de borracha e plástico.

O comércio, por outro lado, interrompeu o processo de recuperação que havia apresentado desde maio do ano passado e passou a apresentar declínios subsequentes das vendas a partir de outubro, quando houve a diminuição em 50% do Auxílio Emergencial. No acumulado de janeiro a fevereiro de 2021, a queda foi de 9,2%, mais intensa do que a verificada no nível nacional (-2,1%).

Mesmo com cenário adverso, os dois primeiros meses de 2021 caracterizaram-se pela criação de novas vagas de emprego formal em 403 municípios, um claro sinal de um processo regionalmente disseminado de geração de emprego. Houve perda em 79 municípios, e 15 apresentaram saldo zero. Os municípios

que apresentaram os maiores saldos positivos foram Vacaria (a atividade de maior contribuição foi a colheita da maçã), Caxias do Sul (indústria metalmeccânica), Novo Hamburgo (indústria de calçados), Venâncio Aires (indústria do fumo) e Porto Alegre (serviços). Já os municípios de maiores saldos negativos foram Morro Redondo (indústria de conservas), Capão da Canoa (comércio), Eldorado do Sul (serviços), Cristal (serviços) e Arroio do Sal (comércio).

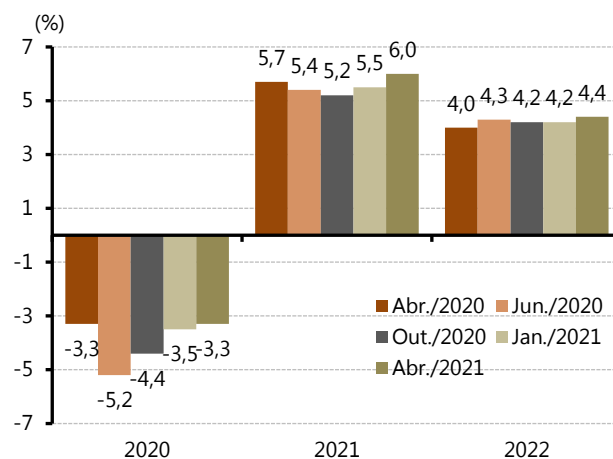
Para 2021, a previsão é de uma retomada forte da produção agrícola após um ano de estiagem. Contudo, apesar desse cenário positivo para o Setor Primário, será a evolução da pandemia que acabará ditando o ritmo da atividade econômica gaúcha nos próximos meses. Se, por um lado, a volta do Auxílio Emergencial pode promover um acréscimo de renda e, por consequência, de consumo, as medidas adotadas para refrear os efeitos da pandemia podem gerar um quadro de incerteza para a indústria e, principalmente, para o comércio e os serviços.

1 ECONOMIA INTERNACIONAL

A incerteza quanto aos rumos da pandemia de Covid-19 no último trimestre de 2020 continuou afetando fortemente o desempenho das economias nacionais e as previsões para o crescimento mundial. Embora se verifiquem, desde o final de 2020, diversas vacinas sendo aprovadas, campanhas de imunização bem-sucedidas e apoios adicionais de estímulo econômico nos países avançados, a vacinação nos países emergentes¹ não vem evoluindo como se esperava, e novas ondas da doença, bem como novas variantes do vírus, afetam negativamente o horizonte em termos sanitários e econômicos.

Em seu último relatório, divulgado em abril de 2021, o Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou para cima as suas projeções para a economia global para 2020 (contração de 3,3%) e 2021 (crescimento de 6,0%). Quando comparadas com os números divulgados em junho de 2020, no auge da incerteza quanto aos desdobramentos da pandemia, a diferença das estimativas para 2020 é ainda maior (**Gráfico 1.1**).

Gráfico 1.1 - Projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o Produto Interno Bruto (PIB) mundial — 2020 e 2021



Fonte: Fundo Monetário Internacional (2021).

Em um mundo cada vez mais desigual, os efeitos deletérios da pandemia e a força de recuperação projetada para os próximos anos também vêm apresentando-se de forma desigual entre as economias (**Tabela 1.1**). De acordo com as projeções do FMI (2021), o processo de recuperação econômica deve variar significativamente entre os países, a depender, de

¹ Ao longo desta seção, resume-se ao termo “economias emergentes” a definição mais precisa de “economias em desenvolvimento e mercados emergentes”.

forma geral, dos seus acessos às intervenções médicas (vacinas e tratamentos mais eficazes), da eficácia dos seus apoios políticos (auxílios econômicos direcionados às famílias e às empresas, bem como à saúde), dos seus graus de exposição a efeitos de transbordamento transnacional e das suas características estruturais anteriores à crise.

Tabela 1.1 - Crescimento observado do Produto Interno Bruto (PIB) e de outras variáveis, por economias selecionadas e no mundo, em 2019 e 2020 e projeções para 2021-22

DISCRIMINAÇÃO	OBSERVADO (%)		PROJEÇÕES FMI ABRIL/21 (%)		DIFERENÇA CONTRA OUT/20 (p.p.)	
	2019	2020	2021	2022	2021	2022
PIB mundial	2,8	-3,3	6,0	4,4	0,8	0,2
Economias avançadas	1,6	-4,7	5,1	3,6	1,2	0,7
Estados Unidos	2,2	-3,5	6,4	3,5	3,3	0,6
Área do Euro	1,3	-6,6	4,4	3,8	-0,8	0,7
Alemanha	0,6	-4,9	3,6	3,4	-0,6	0,3
França	1,5	-8,2	5,8	4,2	-0,2	1,3
Itália	0,3	-8,9	4,2	3,6	-1,0	1,0
Espanha	2,0	-11,0	6,4	4,7	-0,8	0,2
Japão	0,3	-4,8	3,3	2,5	1,0	0,8
Reino Unido	1,4	-9,9	5,3	5,1	-0,6	1,9
Canadá	1,9	-5,4	5,0	4,7	-0,2	1,3
Outras economias avançadas	1,8	-2,1	4,4	3,4	0,8	0,3
Economias emergentes	3,6	-2,2	6,7	5,0	0,7	-0,1
Ásia emergente	5,4	-1,0	8,6	6,0	0,6	-0,3
China	6,0	2,3	8,4	5,6	0,2	-0,2
Índia	4,2	-8,0	12,5	6,9	3,7	-1,1
ASEAN-5	4,9	-3,4	4,9	6,1	-1,3	0,4
Europa emergente	2,2	-2,0	4,4	3,9	0,5	0,5
Rússia	1,3	-3,1	3,8	3,8	1,0	1,5
América Latina e Caribe	0,2	-7,0	4,6	3,1	1,0	0,4
Argentina	-2,1	-10,0	5,8	2,5	0,9	0,0
Brasil	1,4	-4,1	3,7	2,6	0,9	0,3
México	-0,1	-8,2	5,0	3,0	1,5	0,7
Oriente Médio e Ásia Central	1,4	-2,9	3,7	3,8	0,7	-0,2
África Subsaariana	3,2	-1,9	3,4	4,0	0,3	0,0
África do Sul	0,2	-7,0	3,1	2,0	0,1	0,5
Volume de comércio mundial (bens e serviços)	1,0	-8,5	8,4	6,5	0,1	1,1
Economias avançadas	1,4	-9,3	9,1	6,4	1,8	1,3
Economias emergentes	0,3	-7,2	9,0	7,4	-2,0	1,4
Preços de commodities (US\$)						
Petróleo	-10,2	-32,7	41,7	-6,3	29,7	-9,3
Não combustíveis	0,8	6,7	16,1	-1,9	11,0	-2,4
Preços ao consumidor						
Economias avançadas	1,4	0,7	1,6	1,7	0,0	0,1
Economias emergentes	5,1	5,1	4,9	4,4	0,2	0,1

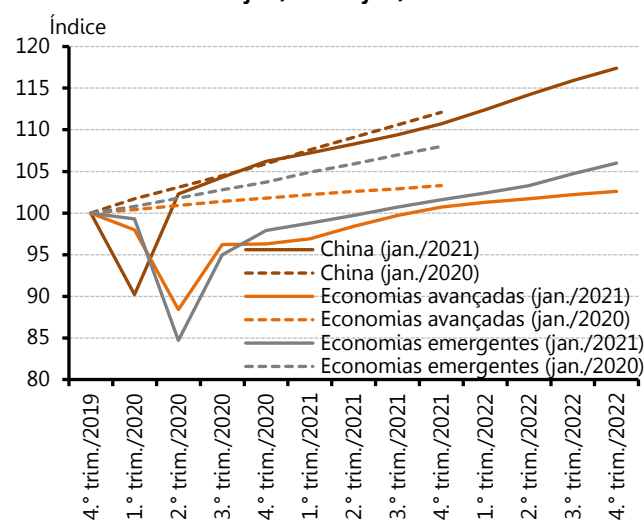
Fonte: Fundo Monetário Internacional (2021).

Nota: ASEAN-5 compreende Filipinas, Indonésia, Malásia, Tailândia e Vietnã.

Nesses termos, o **Gráfico 1.2** expõe as projeções feitas do FMI, realizadas em janeiro de 2021, acerca do PIB das economias avançadas e emergentes até o último trimestre de 2022, contrastando-as com as projeções elaboradas em janeiro de 2020, no início da pandemia. Os números indicam uma retomada mais acelerada das economias avançadas em relação às

economias emergentes, reduzindo o hiato em relação às projeções anteriores à crise sanitária. Em parte, isso seria explicado pelo acesso mais rápido às vacinas (pelos investimentos realizados durante o desenvolvimento delas e pelo maior acesso à liquidez internacional) e pela aplicação mais ampla de políticas de apoio (pela maior capacidade e espaço para estímulos econômicos e menor tendência à retirada prematura dessas políticas). A China, por seu turno, após a queda brusca da sua atividade econômica no primeiro trimestre de 2020 (anterior ao que se verificou no resto do mundo), recuperou de forma robusta e acelerada a sua trajetória prevista pré-crise da Covid-19.

Gráfico 1.2 - Previsões de crescimento do Fundo Monetário Internacional (FMI), por grupos de economias, em jan./2020 e jan./2021



Fonte: Fundo Monetário Internacional (2021).

Nota: 1. Economias emergentes, exclusive China.

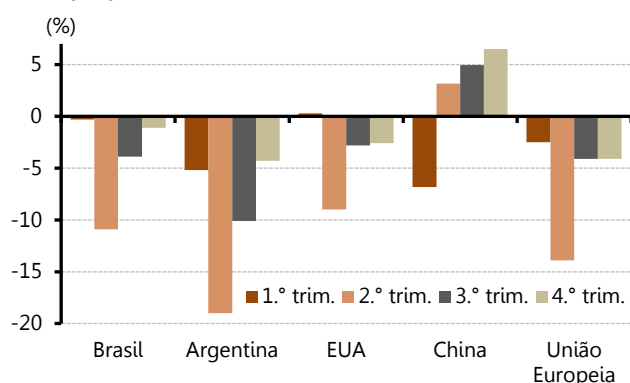
2. Os índices têm como base o 4.º trim./2019 = 100.

Além de as consequências econômicas da pandemia e os custos sociais e humanos serem desiguais entre as economias, eles também ocorrem de maneira desigual dentro das economias. Os dados revelam, de maneira generalizada, que as atividades mais intensivas em contato direto (em especial aquelas ligadas ao setor de serviços) e os trabalhadores informais, de baixa escolaridade, jovens e mulheres vêm sendo afetados de forma desproporcional pela perda de postos de trabalho. A Organização Internacional do Trabalho (2021) estima que a pandemia já registrou uma perda efetiva de 255 milhões de empregos em tempo integral ao redor do mundo, o que eleva ainda mais o patamar de pessoas em situação de pobreza.

Especificamente no que tange a 2020, após um primeiro semestre de resultados bastante severos e recessivos (primeiro trimestre no caso da China e o

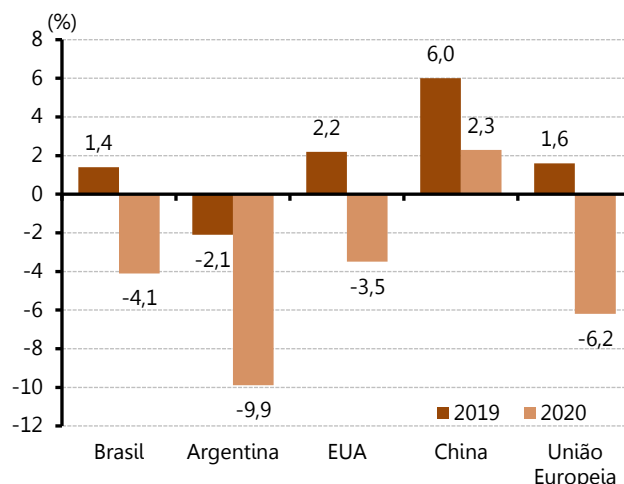
segundo trimestre em relação ao resto do mundo, **Gráfico 1.3**), em um contexto permeado de incertezas quanto à dimensão inicial da doença, a segunda metade do ano trouxe resultados mais animadores do que o esperado para diversas economias, sobretudo no terceiro trimestre, na esteira de melhores perspectivas de potenciais vacinas, efetividade de medidas de distanciamento social e de maciços pacotes de estímulo econômico ao redor do mundo. Os resultados do PIB do terceiro e do quarto trimestre surpreenderam positivamente (como nos Estados Unidos, na Área do Euro, no Japão e na Índia) ou estiveram em linha com as expectativas (como na China, por exemplo), consequência do início da recuperação do consumo privado e do comércio de bens, e, de forma bem mais lenta, do investimento. Ademais, ainda no final de 2020, ao mesmo tempo em que houve ressurgimento de ondas de infectados em diversas economias avançadas, surgimento de novas cepas do vírus e retomada de medidas de isolamento (o que amorteceu a retomada econômica em curso), também foram iniciadas campanhas de vacinação em algumas economias antes do que o esperado, o que compensou, de certa forma, os impactos econômicos globais da Covid-19. Com exceção da China, que apresentou crescimento, verificaram-se retrações históricas em diversas economias no ano de 2020 (**Gráfico 1.4**). Nos Estados Unidos e nos principais países europeus, por exemplo, os números são recordes negativos no período pós-Segunda Guerra Mundial. Já no caso brasileiro, a taxa só foi menor do que nos anos de 1981 e 1990, quando o País registrou uma queda de 4,3%.

Gráfico 1.3 - Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) trimestral em economias selecionadas — 2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021).
Instituto Nacional de Estadística y Censos (2021).
Bureau of Economic Analysis (2021).
National Bureau of Statistics of China (2021).
Statistical Office of the European Communities (2021).
Nota: Comparação com o mesmo período do ano anterior.

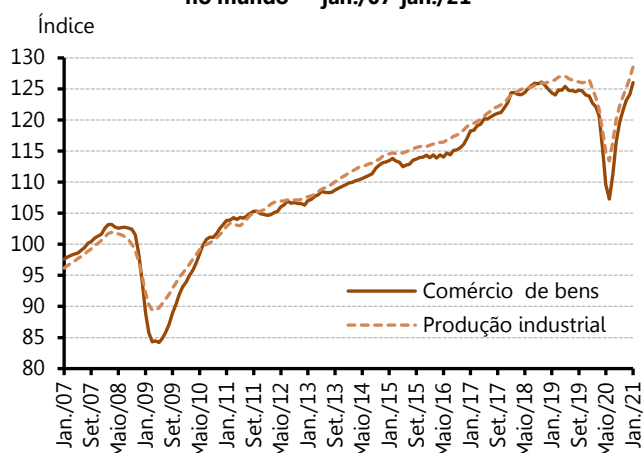
Gráfico 1.4 - Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) trimestral em economias selecionadas — 2019 e 2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021).
Instituto Nacional de Estadística y Censos (2021).
Bureau of Economic Analysis (2021).
National Bureau of Statistics of China (2021).
Statistical Office of the European Communities (2021).

Uma característica marcante da atual crise consiste na forte queda do volume de comércio mundial de bens e da produção industrial, seguida por uma rápida recuperação, configurando-se como uma retomada em forma de V, diferentemente do que ocorreu na crise financeira internacional de 2008-09 (**Gráfico 1.5**). Após uma queda de 9,6% em 2020, o FMI espera um crescimento de 8,1% do comércio internacional de bens e serviços. Segundo o Banco Mundial (2021), a rápida retomada do comércio de bens pode ser entendida tanto pela resiliência das cadeias globais de valor a interrupções no fornecimento quanto pela natureza incomum da recessão (refletida pela força relativa da manufatura e pela fraqueza persistente nos serviços), a qual mudou os padrões de consumo em direção a bens e para longe dos serviços que exigem interações face a face. Vale ressaltar que grande parte dessa retomada tem como principal responsável a grande demanda chinesa, que voltou ao caminho do crescimento mais cedo do que vem ocorrendo com outras economias.

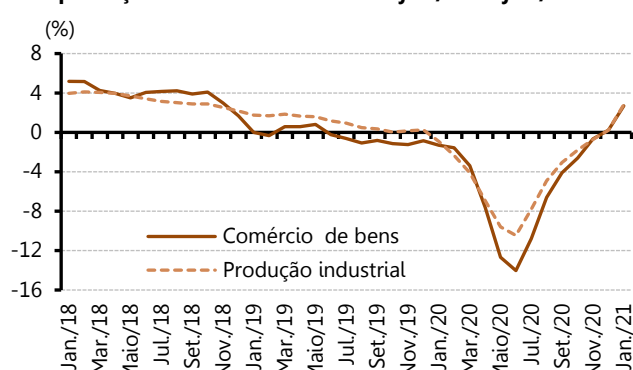
Gráfico 1.5 - Comércio de bens e produção industrial no mundo — jan./07-jan./21



Fonte: CPB Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis (2021).
Nota: Média móvel de três meses; índice de volume com ajuste sazonal (2010 = 100).

Nesse particular, dados mais tempestivos do crescimento do comércio de bens e da produção industrial indicam um retorno ao terreno positivo a partir do trimestre encerrado em dezembro, na comparação trimestral interanual (crescimento de 0,2% em ambos os casos), após 11 meses de taxas negativas no caso da produção industrial e 18 meses no caso do comércio de bens (**Gráfico 1.6**). O trimestre móvel encerrado em janeiro exibiu um crescimento de 2,7% do comércio de bens e de 2,8% da produção industrial, mostrando uma forte retomada de ambas as variáveis no início de 2021. A **Tabela 1.2** apresenta o crescimento de ambas as variáveis em janeiro de 2021, na comparação com janeiro de 2020, sendo possível observar que várias regiões começam a apresentar taxas positivas de crescimento ou, pelo menos, taxas não tão negativas como no terceiro e no quarto trimestre, por exemplo.

Gráfico 1.6 - Crescimento interanual do comércio de bens e da produção industrial no mundo — jan./2018-jan./2021



Fonte: CPB Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis (2021).
Nota: Média móvel de três meses.

Tabela 1.2 - Crescimento do comércio de bens e da produção industrial, em volume, no mundo — 2018-2020

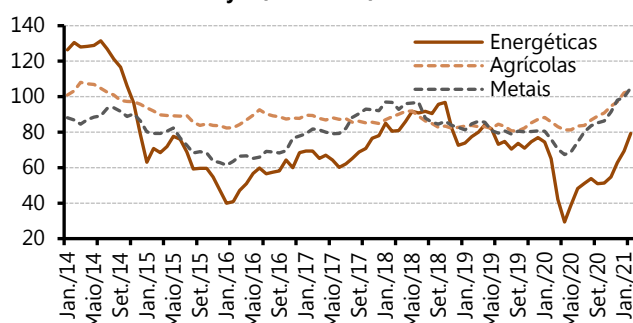
ECONOMIAS E REGIÕES	2018	2019	2020	2020		JAN/ 2021
				3º TRIM/	4º TRIM/	
Comércio mundial de bens	3,5	-0,3	-5,3	-4,1	0,2	5,7
Importações mundiais	3,9	-0,3	-5,5	-5,2	0,2	3,9
Economias avançadas	2,7	-0,2	-5,7	-4,8	0,8	2,7
Área do Euro	2,1	-0,1	-8,2	-6,4	-2,2	-2,1
Estados Unidos	5,2	-0,3	-4,1	-2,5	5,3	7,6
Japão	3,1	0,9	-6,1	-11,5	-3,7	0,6
Ásia avançada, exclusive						
Japão	3,9	-2,1	0,0	0,2	2,9	13,8
Outras economias avançadas	0,5	0,8	-6,6	-5,5	1,4	-0,3
Economias emergentes	6,9	-0,8	-5,0	-5,9	-1,2	6,6
China	7,4	0,1	3,3	6,2	3,3	18,9
Ásia emergente, exclusive						
China	11,0	-3,0	-11,3	-13,0	-5,3	-0,1
Europa Oriental/CEI (1) ..	1,2	4,8	-10,5	-13,9	-13,7	-7,2
América Latina	4,7	-1,5	-10,9	-17,6	-0,1	1,9
África e Oriente Médio ..	3,7	-0,4	-4,2	-3,9	-0,3	0,5
Exportações mundiais	3,0	-0,3	-5,2	-3,1	0,3	7,6
Economias avançadas	2,7	-0,2	-6,7	-5,1	-0,8	2,4
Área do Euro	1,9	-0,2	-8,8	-6,1	-2,3	-0,6
Estados Unidos	4,2	-0,5	-10,6	-10,4	-4,8	-2,9
Japão	2,6	-1,6	-7,7	-10,5	2,4	8,5
Ásia avançada, exclusive						
Japão	3,3	-1,7	1,8	4,0	5,5	14,7
Outras economias avançadas	2,8	1,2	-6,5	-4,7	-1,3	0,6
Economias emergentes	3,6	-0,5	-2,0	1,0	2,5	18,6
China	4,6	1,3	2,8	8,7	13,4	57,5
Ásia emergente, exclusive						
China	4,3	-1,5	-3,6	-0,6	2,9	9,2
Europa Oriental/CEI (1) ..	3,8	-1,3	-4,3	-7,5	-11,5	-7,2
América Latina	3,1	0,6	-4,1	-0,4	-1,1	-0,6
África e Oriente Médio ..	1,0	-3,9	-6,9	-7,8	-10,0	-7,3
Produção industrial mundial	3,1	0,9	-4,4	-3,1	0,2	7,5
Economias avançadas	2,4	-0,3	-6,4	-5,7	-2,2	-1,0
Área do Euro	0,9	-1,5	-8,8	-6,8	-1,8	-1,2
Estados Unidos	3,9	0,9	-6,7	-6,3	-4,3	-2,0
Japão	1,0	-2,6	-9,7	-11,8	-3,2	-1,4
Ásia avançada, exclusive						
Japão	1,8	-0,8	2,9	2,3	4,2	1,6
Outras economias avançadas	3,1	1,1	-4,2	-2,5	-0,9	-0,1
Economias emergentes	3,8	2,1	-2,3	-0,4	2,6	16,7
China	6,2	5,7	2,0	5,7	7,2	35,2
Ásia emergente, exclusive						
China	4,6	0,5	-5,3	-3,2	4,5	5,9
Europa Oriental/CEI (1) ..	3,4	3,1	-1,9	-3,3	-0,6	-2,6
América Latina	-2,1	-5,0	-8,9	-7,2	-2,1	-1,7
África e Oriente Médio ..	1,0	-2,9	-9,6	-12,5	-10,5	-6,4

Fonte: CPB Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis (2021).
(1) CEI é a Comunidade dos Estados Independentes.

Um fator importante para o comércio (além de para as receitas tributárias e para a dinâmica inflacionária), sobretudo para as economias emergentes, é o desempenho dos preços das *commodities*. A grande maioria desses preços apresentou recuperação de suas mínimas a partir de meados de 2020 (**Gráfico 1.7**). Enquanto a primeira metade do ano foi caracteri-

zada por quedas intensas nos preços (sobretudo das energéticas), a segunda metade trouxe recuperações, em alguns casos, bem fortes, em função da gradual amenização de restrições mais rígidas de isolamento social e de uma demanda mais estável. No caso específico do petróleo, houve uma queda de mais de 30% de seu preço em 2020, em relação a 2019, e sua demanda caiu quase 10% — a maior retração já registrada em um ano — em virtude dos fatores mencionados anteriormente, embora esse recuo tenha sido parcialmente compensado por cortes de produção mundial (BANCO MUNDIAL, 2021). As *commodities* metálicas, após queda acentuada no primeiro semestre, registraram intensa recuperação no segundo semestre, devido ao aumento da demanda da China, fechando o ano com preços relativamente estáveis em relação a 2019. Por seu turno, os preços das *commodities* agrícolas subiram cerca de 4% no mesmo período de comparação, em grande parte impulsionados pela escassez de oferta e pela demanda maior do que o esperado em certos produtos (**Gráfico 1.8**).

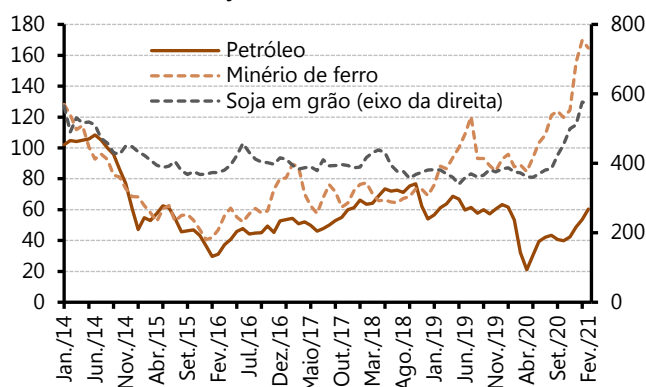
Gráfico 1.7 - Índice de preço de grupos de *commodities* — jan./2014-fev./2021



Fonte: Banco Mundial (2021a).

Nota: Os índices têm como base 2014 = 100.

Gráfico 1.8 - Preços de *commodities* selecionadas — jan./2014-fev./2021



Fonte: Banco Mundial (2021a).

Nota: Petróleo (US\$/barril), minério de ferro (US\$/dmtn), soja em grão (US\$/t).

Ao longo de 2020 e mesmo no início de 2021, diversas medidas fiscais, monetárias e macroprudenciais foram adotadas para dirimir os efeitos devastadores da crise sanitária sobre a atividade econômica. Massivos estímulos fiscais foram e continuam sendo implementados (mais recentemente no Japão e nos Estados Unidos), bem como políticas monetárias e financeiras acomodatórias por parte dos principais bancos centrais (com taxas de juros em baixa histórica), que mantêm as condições financeiras favoráveis para as economias (avançadas ou emergentes) continuarem sustentando o fluxo de crédito para famílias e empresas. Os hiatos do produto não devem fechar antes de 2022 na maioria das economias, o que tende a fazer com que a inflação permaneça moderada ao longo dos próximos meses (sobretudo o núcleo da inflação, dada a recuperação do preço do petróleo). Segundo as projeções do FMI, nas economias avançadas, ela deve se manter abaixo das metas dos bancos centrais, enquanto, nas economias emergentes, a projeção é de cerca de 4%, um patamar inferior à média histórica desse grupo de países. No quesito cambial, em diversas economias emergentes, houve movimentos de correções cambiais, com fortes depreciações em algumas economias, fruto, dentre outros fatores, da instabilidade financeira gerada pela pandemia nos mercados financeiros e da incerteza sobre os mercados de bens primários, com o colapso das receitas de exportação no primeiro semestre.

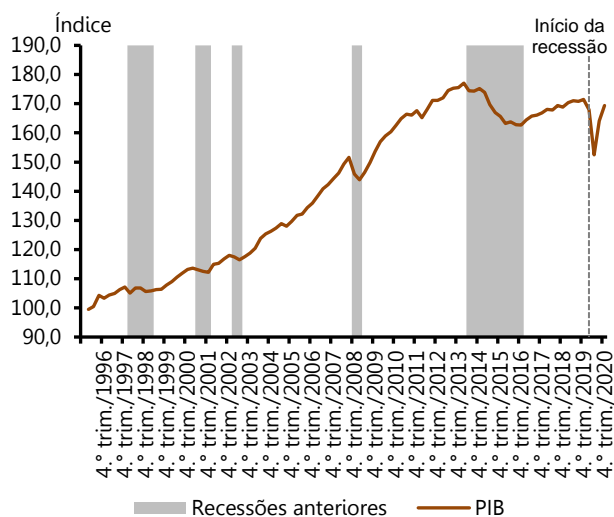
Além da ainda grande incerteza e das perdas provocadas pela questão sanitária e de suas repercussões sobre a atividade econômica, não se descartam os riscos das crescentes vulnerabilidade e fragilidade subjacentes às atuais condições financeiras favoráveis, a partir do nível crescente de dívida, enfraquecimento dos balanços dos bancos e da alavancagem financeira privada, bem como das possíveis repercussões globais a partir de uma antecipação da normalização da política monetária dos Estados Unidos, os quais podem atrapalhar a trajetória esperada de crescimento em médio prazo.

2 CENÁRIO INTERNO — BRASIL

2.1 ATIVIDADE ECONÔMICA

O quarto trimestre de 2020 foi marcado pela continuidade da recuperação cíclica da economia brasileira em meio à crise da Covid-19, porém a um ritmo menor do que o observado no trimestre anterior. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) passou de 7,7% no terceiro trimestre para 3,2% no quarto, ambos em comparação com o trimestre imediatamente anterior, com ajuste sazonal. Apesar do crescimento, ainda não foi possível recuperar o nível de produção anterior ao início da pandemia (**Gráfico 2.1**). Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a queda observada no 4.º trim./2020 foi de 1,1%. No acumulado do ano, o PIB do Brasil caiu 4,1% na comparação com 2019. Ademais, o nível de produção encontra-se cerca de 1,2% abaixo do observado no último trimestre de 2019, registrado como pico de atividade cíclica pelo Comitê de Datação dos Ciclos Econômicos (Codace) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) (2020) e 4,4% inferior ao do 1.º trim./2014, ponto mais alto da série histórica.

Gráfico 2.1 – Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil — 1.º trim./1996-4.º trim./2020



Fonte dos dados brutos: Contas Nacionais Trimestrais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021g).
Fundação Getúlio Vargas (2020).

Nota: Os índices têm como base a média de 1995 = 100.

A **Tabela 2.1** apresenta as taxas de crescimento dos componentes do PIB pela ótica da oferta. Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior,

apenas a indústria apresentou crescimento (1,2%), enquanto agropecuária e serviços tiveram queda, respectivamente, de 0,4% e 2,2%. Quando se compara o Valor Adicionado Bruto (VAB) em relação ao trimestre imediatamente anterior, somente a agropecuária mostrou queda (-0,5%); a indústria cresceu 1,9%, e os serviços cresceram 2,7%. Em ambos, houve desaceleração significativa em relação ao resultado do 3.º trim./2020.

Tabela 2.1 - Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil pela ótica da oferta — 4.º trim./2019-4.º trim./2020

a) variação % em relação ao mesmo trimestre do ano anterior

PERÍODOS	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	PIB
4.º trim./2019	-1,4	1,0	1,8	1,6
1.º trim./2020	4,0	-0,3	-0,7	-0,3
2.º trim./2020	2,5	-14,1	-10,2	-10,9
3.º trim./2020	0,4	-0,9	-4,8	-3,9
4.º trim./2020	-0,4	1,2	-2,2	-1,1

b) variação % em relação ao trimestre imediatamente anterior

PERÍODOS	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	PIB
4.º trim./2019	-0,2	-0,2	0,1	0,4
1.º trim./2020	2,0	-1,0	-2,1	-2,1
2.º trim./2020	-0,9	-13,1	-8,6	-9,2
3.º trim./2020	-0,6	15,4	6,4	7,7
4.º trim./2020	-0,5	1,9	2,7	3,2

Fonte dos dados brutos: Contas Nacionais Trimestrais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021g).

Tendo como base de comparação o mesmo trimestre do ano anterior, a queda do VAB da agropecuária foi influenciada principalmente por produtos agrícolas com safra relevante no quarto trimestre, como laranja (-10,6%) e fumo (-8,4%). O bom desempenho das lavouras de trigo (17,7%) e cana-de-açúcar (1,6%) foram insuficientes para contrabalançar o resultado das safras em queda.

Na mesma base de comparação, o VAB da indústria nacional registrou crescimento, após dois trimestres de queda. O resultado positivo foi puxado pelo bom desempenho atividade de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (1,5%) e pela indústria de transformação (5,0%), com destaque para fabricação de máquinas e equipamentos, fabricação de produtos de metal, metalurgia, e fabricação de produtos de borracha. Por sua vez, as indústrias extrativa (-6,7%) e de construção (-4,8%) tiveram quedas relacionadas, respectivamente, à extração de petróleo e gás natural e obras de infraestrutura.

Com base na mesma métrica, é possível observar uma desaceleração da queda no setor de serviços. O resultado do quarto trimestre foi influenciado por três atividades: outras atividades de serviços (-9,4%), que engloba alguns dos setores mais afetados pela pan-

demia, como alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e correio (-4,3%); e administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (-3,8%). Por sua vez, quatro atividades apresentaram crescimento: atividades imobiliárias (3,5%); atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (3,1%); comércio (2,5%); e informação e comunicação (2,4%).

Sob a ótica da demanda, os sinais de recuperação são mistos. Enquanto a redução nas exportações se aprofundou no trimestre (-4,3%), foi registrada desaceleração na queda das importações e do consumo das famílias (-3,0%) e do Governo (-4,1%). Ao mesmo tempo, a formação bruta de capital fixo (FBCF) cresceu substancialmente (13,5%) (**Tabela 2.2**).

Tabela 2.2 - Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil pela ótica da demanda — 4.º trim./2019-4.º trim./2020

a) variação % em relação ao mesmo trimestre do ano anterior

PERÍODOS	CONSUMO DAS FAMÍLIAS	CONSUMO DO GOVERNO	FBCF	EXPOR-TAÇÃO	IMPOR-TAÇÃO
4.º trim./2019	2,3	-0,1	0,5	-4,8	0,6
1.º trim./2020	-0,7	-0,8	6,0	-2,4	5,2
2.º trim./2020	-12,2	-8,5	-13,9	0,7	-14,6
3.º trim./2020	-6,0	-5,3	-7,8	-1,1	-25,0
4.º trim./2020	-3,0	-4,1	13,5	-4,3	-3,1

b) variação % em relação ao trimestre imediatamente anterior

PERÍODOS	CONSUMO DAS FAMÍLIAS	CONSUMO DO GOVERNO	FBCF	EXPOR-TAÇÃO	IMPOR-TAÇÃO
4.º trim./2019	0,3	-0,1	-2,5	2,2	-5,3
1.º trim./2020	-1,9	-0,7	2,4	-2,2	-0,3
2.º trim./2020	-11,3	-7,7	-16,3	1,1	-11,8
3.º trim./2020	7,7	3,5	10,7	-2,0	-9,6
4.º trim./2020	3,4	1,1	20,0	-1,4	22,0

Fonte dos dados brutos: Contas Nacionais Trimestrais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021g).

Há uma série de fatores que explicam esses resultados. Em primeiro lugar, a massa de rendimentos reais caiu, tanto em função do menor nível de emprego, quanto da alta da inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Esses fatores, aliados às medidas de isolamento social para contenção da pandemia de Covid-19 em diversos estados do Brasil, foram determinantes para a queda do consumo das famílias. Ademais, o fechamento de escolas, universidades, museus, parques e outros serviços prestados pela administração pública causou contração no consumo do Governo, quando comparado com o mesmo período de 2019. Por outro lado, medidas contracíclicas fiscais, monetárias e creditícias, compostas por programas de apoio a famílias e empresas e expansão de crédito em um ambiente de taxas de

juros em mínimas históricas, contrabalançaram parte das perdas econômicas.

Do lado dos investimentos, cabe destacar o efeito do programa Repetro (regime aduaneiro especial que facilita a importação de bens destinados à exploração de petróleo), com prazo de vigência até 31.12.2020, sobre a "importação ficta" de antigas plataformas de petróleo.² Além desse efeito contábil, a própria produção nacional expandiu-se no trimestre.

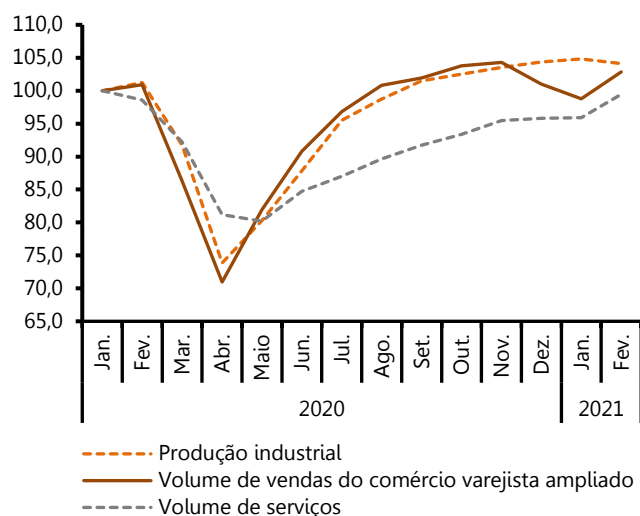
Por fim, a balança de bens e serviços registrou queda tanto nas importações quanto nas exportações. As maiores retrações das exportações foram em produtos da agropecuária, máquinas e equipamentos e metalurgia. Por sua vez, as importações de bens e serviços tiveram variações negativas em derivados de petróleo, veículos automotores, petróleo e serviços.

Observando-se indicadores de frequência mensal, já é possível avaliar os primeiros resultados econômicos de 2021. Conforme notado no **Gráfico 2.2**, as três atividades — produção industrial, vendas do comércio e volume de serviços — perderam fôlego nos últimos meses de 2020 e no início de 2021. Contudo, comércio e serviços tiveram forte reação positiva em fevereiro. Com isso, a produção industrial e o comércio já superaram os níveis observados em janeiro de 2020 em 4,1% e 2,9% respectivamente. Já os serviços, apesar de ainda se encontrarem 0,6% abaixo do nível de janeiro de 2020, já superaram os níveis de fevereiro daquele ano em 0,9%. Portanto, é possível considerar que os três setores já recuperaram o nível pré-pandemia. No entanto, as perdas acumuladas no período ainda são grandes e deverão tardar a serem repostas.

O arrefecimento na atividade refletiu-se em menor utilização da capacidade instalada. Após forte recuperação no terceiro e no quarto trimestre, impulsionada pelas políticas contracíclicas e pela recuperação da demanda global, a indústria brasileira voltou a operar abaixo da média histórica no 1.º trim./ 2021 (**Gráfico 2.3**).

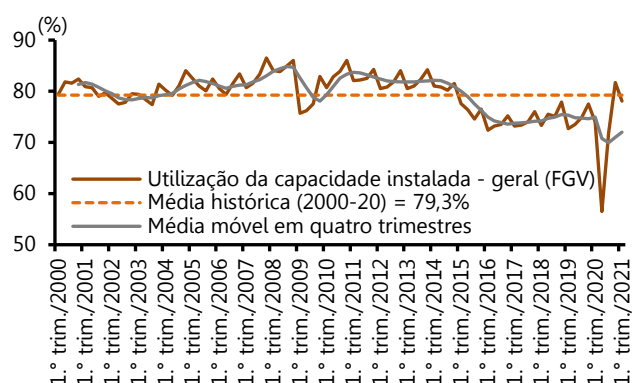
² Mais informações sobre o efeito do Repetro na FBCF, no trimestre, podem ser encontradas em Carvalho (2021).

Gráfico 2.2 - Produção industrial, volume de vendas do comércio varejista ampliado e volume de serviços com ajuste sazonal no Brasil — jan./2020-fev./2021



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021c).
Pesquisa Mensal do Comércio (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021d).
Pesquisa Mensal dos Serviços (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021e).
Nota: Os índices têm como base jan./2020 = 100

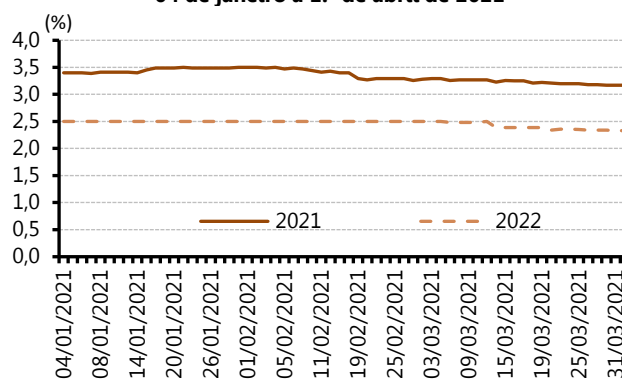
Gráfico 2.3 - Utilização da capacidade instalada trimestral da indústria geral no Brasil — 1.º trim./2000- 1.º trim./2021



Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (2021).

Por fim, o cenário de 2021 segue desafiador, com o ritmo ainda lento de vacinação no País e a disseminação de uma nova onda de infecções pela nova cepa do coronavírus, denominada P1, mais contagiosa e letal. Como consequência, novas medidas, mais duras, de restrições à mobilidade foram adotadas em diversos estados brasileiros, na tentativa de contenção da pandemia. Diante disso, o mercado já revisou para baixo as projeções de crescimento da economia brasileira em 2021. Dados do Relatório Focus de 01.04.2021 projetam crescimento do PIB de 3,17 % em 2021 e de 2,33% em 2022. As previsões em 04.01.2021 eram de 3,40% e 2,50% para os mesmos anos, respectivamente (**Gráfico 2.4**).

Gráfico 2.4 - Expectativas de crescimento para 2021 e 2022 do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil — 04 de janeiro a 1.º de abril de 2021



Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (2021).

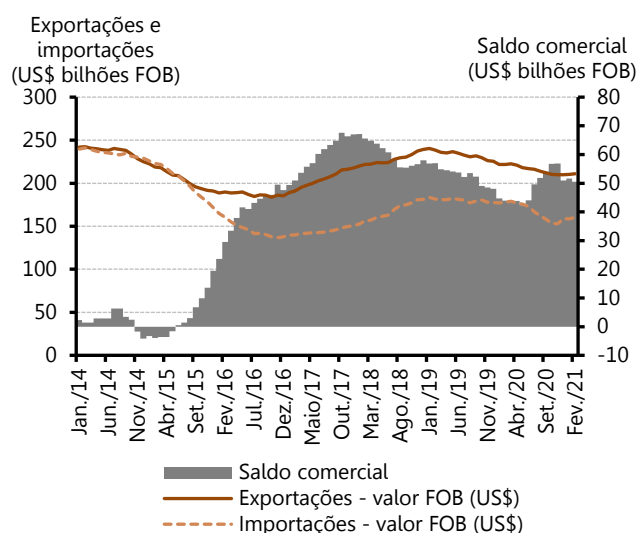
2.2 SETOR EXTERNO

O superávit da balança comercial brasileira, que, ao longo de 2020, cresceu vertiginosamente em função da queda acelerada das importações em relação às exportações, arrefeceu nos primeiros dois meses de 2021. Em fevereiro, o saldo acumulado em 12 meses totalizou US\$ 50,47 bilhões, crescimento de 15% em relação ao mesmo período do ano anterior. As exportações somaram US\$ 210,9 bilhões, enquanto as importações foram da ordem de US\$ 160,4 bilhões. No acumulado de janeiro e fevereiro de 2021, frente ao mesmo período de 2020, foi registrado crescimento de 4% nas exportações, passando de US\$ 30,1 bilhões para US\$ 31,1 bilhões. As importações, por outro lado, aumentaram cerca de 5%, de US\$ 27,8 bilhões para US\$ 31,0 bilhões. Como consequência, o saldo caiu 74% no período, saindo de US\$ 638,4 milhões para US\$ 166,2 milhões (**Gráfico 2.5**).

A queda das importações e das exportações brasileiras pode ser explicada dentro de um contexto mais amplo de redução do comércio internacional em meio à crise do coronavírus. Conforme observado na seção 1, as projeções mais recentes do FMI de queda do PIB mundial são de 3,5%. Apesar de menos drástica do que o estimado inicialmente pela instituição, sobretudo devido à ação de políticas anticíclicas que entraram em operação em diversas economias já no segundo trimestre de 2020, a retração da atividade econômica mundial reduziu o volume de comércio de bens e serviços transacionados entre as nações. Mesmo com a recuperação em formato de “V”, a queda em 2020 foi de 9,6%. Por outro lado, as perspectivas para 2021 são bastante positivas, com crescimento

projetado do comércio em torno de 8,1%. De fato, o valor exportado para os quatro principais destinos das exportações brasileiras cresceu nos dois primeiros meses de 2021, em relação ao mesmo período de 2020. Esse movimento foi puxado pela China (8,6%) e pela Argentina (9,0%), enquanto as vendas para Estados Unidos (-3,6%) e União Europeia (-13,1%) seguem em queda. Em termos de valor, os principais produtos exportados para a China foram produtos minerais (US\$ 6,2 bilhões, alta de 35%); para Argentina, veículos (US\$ 469 milhões, queda de 4%); para os EUA, produtos de metal como ferro e cobre (US\$ 730 milhões, alta de 23%); e, para a União Europeia, produtos minerais, como minério de ferro e combustíveis (US\$ 734 milhões, alta de 18%).

Gráfico 2.5 - Exportações, importações e saldo comercial do Brasil com o mundo — jan./14-fev./21



Fonte dos dados brutos: Brasil (2021a).
Nota: Fluxo acumulado em 12 meses.

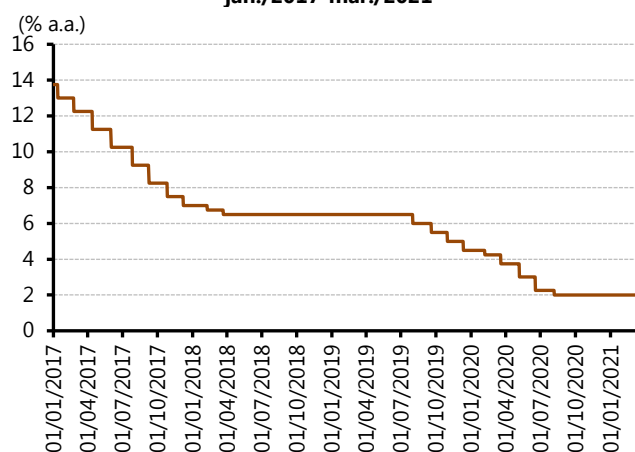
Por fim, na esteira do crescimento do comércio mundial em 2021, a recuperação das exportações e das importações brasileiras deverá prosseguir ao longo do ano. Dados do Relatório Focus de 01.04.2021 apontam para um superávit comercial de US\$ 55 bilhões no fechamento de 2021, que deverá reduzir-se para US\$ 51 bilhões em dezembro de 2022.

2.3 INFLAÇÃO, CRÉDITO E JUROS

A política monetária implementada pelo Banco Central do Brasil reverteu tendência acomodatória observada durante todo o ano de 2020. A taxa Selic, que se encontrava no menor patamar histórico (2% a.a.), foi elevada para 2,75% a.a. em março (**Gráfico**

2.6), com tendência de alta no decorrer de 2021. A mudança de comportamento da autoridade monetária está relacionada com a perspectiva de aumento da inflação ao longo do ano, sobretudo em decorrência da pressão gerada pelo desequilíbrio das contas públicas.

Gráfico 2.6 - Meta da taxa de juros Selic no Brasil — jan./2017-mar./2021

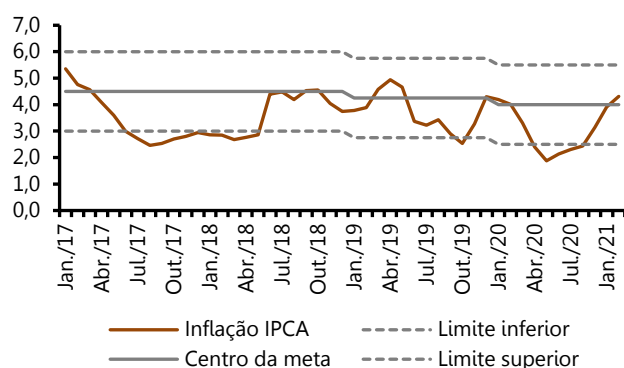


Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (2021).

A inflação ao consumidor (IPCA), que iniciou ciclo de alta em setembro do ano passado, ultrapassou o centro da meta (4,0% a.a.) em fevereiro de 2021, no acumulado em 12 meses, algo que não ocorria desde o início de 2019 (**Gráfico 2.7**). A despeito da baixa atividade dos serviços, que contribuiu, de um lado, para arrefecimento de alguns preços, a inflação tem respondido, por outro lado, às pressões de custos advindas da depreciação cambial, à elevação dos preços das *commodities*, à recuperação da economia a partir da segunda metade de 2020 e também à redução na oferta de produtos em função das medidas de restrição social.

Em janeiro e fevereiro, em especial, a valorização das *commodities* intensificou-se, com elevação dos preços a níveis superiores aos do período pré-crise. A demanda chinesa por tais produtos e os estímulos fiscais prolongados nas economias avançadas contribuíram para essa valorização, impondo pressão sobre os preços domésticos. Ademais, a continuidade de políticas fiscais de transferência de renda como resposta à pandemia do novo coronavírus e a dificuldade de aprovação de reformas que amenizem o desequilíbrio fiscal vêm impondo riscos adicionais de altas nos preços gerais da economia.

Gráfico 2.7 -Variação percentual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses e metas de inflação no Brasil — jan./2017-fev./2021

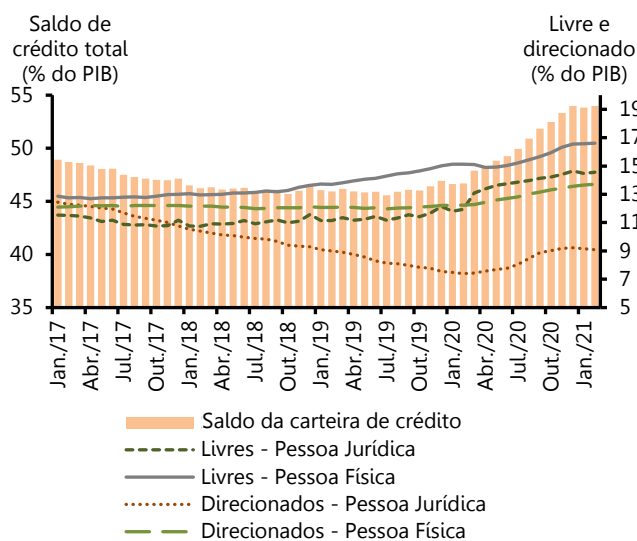


Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (2021).
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021a).

Para o fechamento do ano, as expectativas de mercado indicam inflação ligeiramente acima do centro da meta (4,8%), possivelmente controlada pela elevação contínua da taxa Selic, que deve encerrar o ano em 5,0%, de acordo com os dados do Relatório Focus de 1.º de abril.

No que se refere aos indicadores do mercado de crédito, os primeiros dados do ano (janeiro e fevereiro) mostram uma estabilização do saldo da carteira total do Sistema Financeiro Nacional em relação ao patamar alcançado em dezembro de 2020 (54% do PIB), após uma ampla expansão ocorrida naquele ano (Gráfico 2.8).

Gráfico 2.8 - Saldo de crédito total, com recursos livres e direcionados, do Brasil — jan./2017-fev./2021

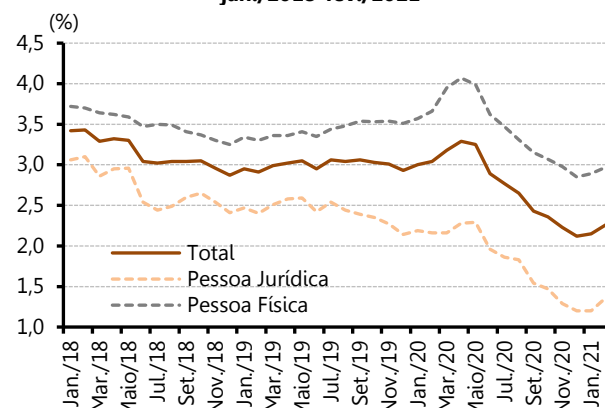


Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (2021).

No segmento pessoa física, janeiro caracterizou-se pela reversão da tendência de alta das concessões de recursos para cartão de crédito, aquisição de bens e crédito consignado, com leve recuperação em fevereiro. Para pessoa jurídica, as concessões de crédito direcionado retornaram, em janeiro, para patamares do início de 2020, quando não havia programas emergenciais como o Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE), Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC).

Ao longo do ano passado, as renegociações de dívidas e postergações de pagamentos permitiram que a taxa de inadimplência alcançasse mínimo histórico (2,1%) em dezembro, tanto no segmento de pessoa jurídica (2,9%) quanto para pessoa física (1,2%). Nos primeiros meses de 2021, contudo, a tendência de queda foi invertida (Gráfico 2.9). Contribuíram para esse novo quadro o fim do Auxílio Emergencial e a chegada dos prazos de pagamento renegociados. A expectativa é de que o novo ciclo de Auxílio Emergencial, com valor inferior ao de 2020, não seja suficiente para ancorar a taxa ao longo do ano.

Gráfico 2.9 - Inadimplência da carteira de crédito no Brasil — jan./2018-fev./2021



Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (2021).

Os desafios da política monetária em 2021 são grandes. A elevação dos juros, como resposta à escalada dos preços, traz um cenário mais restritivo para a retomada econômica. A consolidação das medidas de alívio pelo mercado de crédito, adotadas em 2020, e a falta de espaço para novas rodadas caracterizam um mercado mais limitado para os negócios que sofrem com as medidas de distanciamento social, ainda necessárias para contenção da pandemia, dado o ritmo lento de imunização da população.

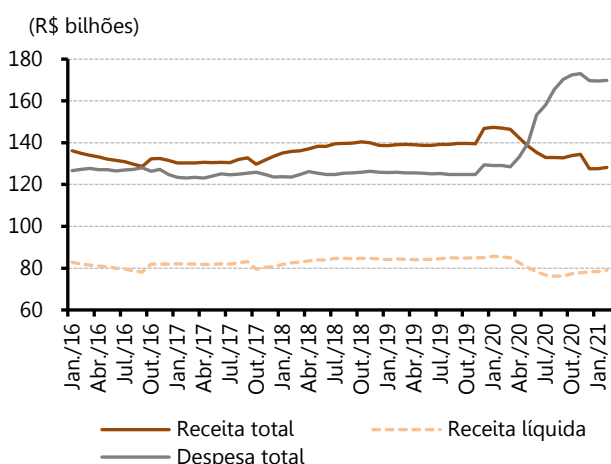
2.4 FINANÇAS PÚBLICAS

As contas públicas do País encerraram o ano de 2020 com o maior descompasso entre receitas e despesas da série histórica. A situação fiscal, já delicada, agravou-se ainda mais com a queda na arrecadação resultante da crise econômica e com o aumento expressivo dos gastos sociais, impulsionados pelas medidas de enfrentamento à pandemia. Os primeiros dados de 2021, contudo, sinalizam uma estabilização da trajetória ascendente dos gastos e das receitas, quando se olha para a média móvel em 12 meses (**Gráfico 2.10**). Em relação a 2020, a receita líquida acumulada entre janeiro e fevereiro aumentou 2,3% em termos reais, enquanto a despesa total cresceu 1,0%.

Essa estabilização, entretanto, não reverte o risco fiscal do País, explicitado pela diferença entre receita líquida e despesas totais. Enquanto a receita líquida foi, na média dos últimos 12 meses, equivalente a R\$ 105 bilhões, as despesas foram da ordem de R\$ 169 bilhões.

Além disso, em resposta ao recrudescimento da pandemia, as novas transferências de auxílio emergencial, de R\$ 44 bilhões, aprovadas através da Proposta de Emenda à Constituição n.º 186/19, conhecida como “PEC Emergencial”, podem impor novos desafios para o cenário fiscal, mesmo que tenham vindo com contrapartidas.

Gráfico 2.10 – Receitas líquida e total e despesa total do Governo Central do Brasil — jan./2016-fev./2021



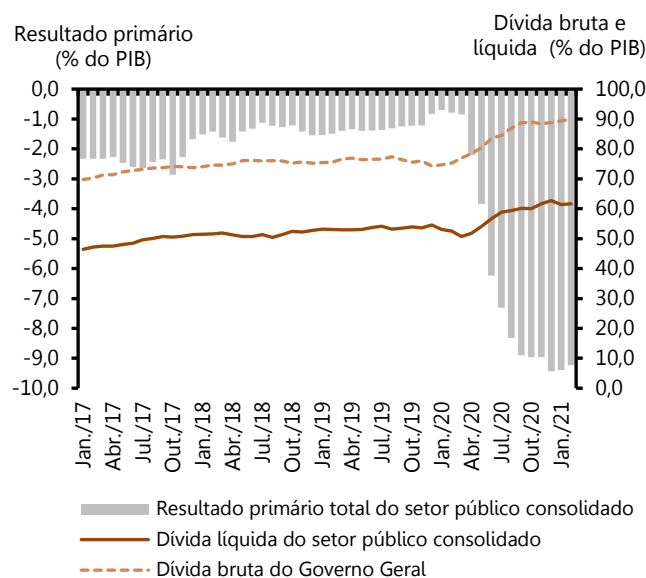
Fonte dos dados brutos: Ministério da Economia-Secretaria do Tesouro Nacional (BRASIL, 2021)

Nota: Média móvel em 12 meses; dados atualizados pelo IPCA.

Nessa conjuntura, o déficit primário alcançou seu recorde histórico em dezembro, 9,4% do PIB no acu-

mulado em 12 meses (**Gráfico 2.11**). A deterioração do resultado, que se acentuou ao longo de todo ano, elevou os compromissos do País. A dívida líquida do setor público chegou ao pico de 62,7% do PIB no mesmo período, enquanto a dívida bruta do Governo Geral — conceito que incorpora o Governo Federal e os governos estaduais e municipais, excluindo-se Banco Central e estatais — atingiu 88,8%. Nos primeiros meses de 2021, ainda que o déficit primário se tenha estabilizado (**Gráfico 2.11**), a dívida bruta do Governo Geral continuou crescendo e alcançou seu maior valor histórico ao atingir 90% do PIB.

Gráfico 2.11 - Resultado primário acumulado em 12 meses e estoques da dívida bruta e dívida líquida no Brasil — jan./17-fev./21



Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (2021).

Para o ano, as expectativas sinalizam um cenário de manutenção de indicadores elevados de dívida. Espera-se que a dívida líquida chegue a 64% do PIB e que a dívida bruta se mantenha nos atuais patamares, de acordo com os dados do Relatório Focus de 01.04.2021. Os desafios são grandes, sobretudo o cumprimento do teto dos gastos, dadas as necessidades de auxílio impostas pela pandemia, com elevação do número de casos e óbitos e demora da vacinação. Não se descarta a elevação do prêmio de risco com possíveis flexibilizações do regime de teto dos gastos, o que traz implicações negativas adicionais sobre o crescimento econômico.

3 CENÁRIO INTERNO — RS

3.1 ATIVIDADE ECONÔMICA

O Produto Interno Bruto do Rio Grande do Sul apresentou, em 2020, queda de 7,0% em relação ao ano de 2019 (**Tabela 3.1**). Essa taxa representa a maior redução experimentada pelo PIB do Estado desde o início da série histórica, em 1948. O desempenho negativo recorde ocorreu em função de dois choques, um de natureza global e outro de impacto regional: a pandemia do novo coronavírus e a forte estiagem durante os meses do verão e da primavera no território gaúcho. Em geral, os efeitos da pandemia foram mais sentidos pelas atividades da indústria de transformação, da construção, do comércio e de serviços, enquanto a falta de chuvas afetou preponderantemente a produção agropecuária e a geração de energia elétrica de fonte hídrica.

Tabela 3.1 - Variação do Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul e do Brasil — 4.º trim./2020

PERÍODO DE COMPARAÇÃO	RS	BRASIL
4.º trim./2020 / 3.º trim./2020 (com aj. sazonal)	2,7	3,2
4.º trim./2020 / 4.º trim./2019	-2,1	-1,1
Acumulado no ano	-7,0	-4,1
Acumulado em 12 meses	-7,0	-4,1

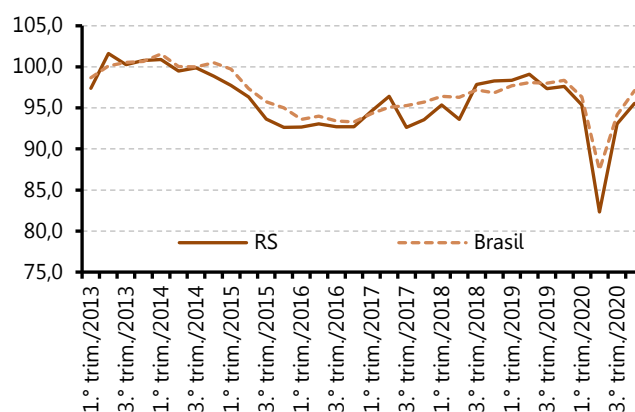
Fonte: SPGG-RS/DEE (RIO GRANDE DO SUL, 2021a).
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021g).

Ao fechar o primeiro semestre do ano, a economia gaúcha apresentou queda de 10,7% em relação ao mesmo período de 2019, resultado tanto dos efeitos da estiagem quanto da pandemia. Conforme analisado no Boletim anterior, a recuperação teve início no terceiro trimestre do ano, quando o PIB do Estado cresceu 13,0% na comparação com o segundo trimestre, desempenho associado à passagem do maior efeito da estiagem sobre a agropecuária, ao impacto positivo da redução do distanciamento social e ao suporte financeiro a desempregados informais através do Auxílio Emergencial. O último dado do PIB informa que a recuperação teve prosseguimento no quarto trimestre do ano, com expansão de 2,7% em relação ao trimestre imediatamente anterior. A recuperação observada nos dois últimos trimestres, embora expressiva, ficou distante de contrabalançar as perdas ocorridas nos dois primeiros trimestres do ano.

De fato, nem mesmo o nível foi recuperado. Na série com ajuste sazonal do índice do PIB, essa questão fica visualmente bastante clara (**Gráfico 3.1**). Após

a forte retomada do segundo semestre, o volume do PIB gaúcho ainda se encontrava, no quarto trimestre de 2020, em nível inferior ao registrado no quarto trimestre de 2019, período imediatamente anterior aos choques da estiagem e da pandemia. Na comparação com esse período, o PIB do Estado ainda estava 2,1% abaixo.

Gráfico 3.1 - Índice do volume do Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul e do Brasil — 2013-20



Fonte: SPGG-RS/DEE (RIO GRANDE DO SUL, 2021a).
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021g).
Nota: 1. Os índices têm como base a média de 2013 = 100.
2. Série com ajuste sazonal.

A análise das atividades econômicas que, junto com os impostos, compõem o PIB mostra que a queda de 7,0% entre 2020 e 2019 esteve relacionada com reduções bastante disseminadas, demonstrando a força dos impactos da estiagem e da pandemia. Das 12 atividades, houve queda em 10, sendo as exceções as taxas positivas observadas nas atividades de intermediação financeira e seguros e atividades imobiliárias (**Tabela 3.2**). A disseminação também esteve presente quando a análise recaiu sobre as taxas de variação do 4.º trim./2020 contra o 3.º trim./2020, na série livre de efeitos sazonais, período que marcou o segundo trimestre seguido de recuperação. Neste caso, ocorreu crescimento em oito das 12 atividades, evidenciando um processo de retomada relativamente abrangente.

A agropecuária apresentou a maior taxa de variação negativa em 2020, resultado direto da estiagem. A queda de 29,6% no Valor Adicionado Bruto da atividade foi consequência da redução das quantidades produzidas de fumo (-22,7%), milho (-26,7%) e soja (-38,9%), culturas afetadas pela falta de chuvas nos meses de verão (**Tabela 3.3**). Também houve déficit hídrico na primavera, o que afetou a produção de trigo, que teve queda de 8,0% em relação ao ano anterior. Dentre as principais culturas agrícolas do Esta-

do, apenas a produção de arroz apresentou crescimento (8,0%), em função de ser plantada em áreas irrigáveis. Na comparação do quarto trimestre com o trimestre imediatamente anterior, a agropecuária apresentou queda de 11,2%, fato explicado pela queda da produção de trigo, principal produto do período.

Tabela 3.2 - Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos impostos e do Valor Adicionado Bruto (VAB), total e por atividades econômicas no Rio Grande do Sul — 4.º trim./2020

ATIVIDADES	4º TRIM/20 3º TRIM/20 (1)	4º TRIM/20 4º TRIM/19	ACUMU- LADO NO ANO
			(%)
PIB	2,7	-2,1	-7,0
Impostos	1,3	1,5	-5,6
Valor Adicionado Bruto	2,6	-2,7	-7,2
Agropecuária	-11,2	-19,5	-29,6
Indústria	1,8	3,4	-5,8
Indústria extrativa mineral	1,8	0,8	-0,2
Indústria de transformação	5,6	9,4	-3,9
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	-25,8	-17,9	-13,7
Construção	-1,0	-6,4	-8,1
Serviços	1,6	-3,7	-4,8
Comércio	2,3	-2,3	-5,4
Transporte, armazenagem e correio	2,6	-0,9	-1,9
Serviços de informação	0,6	-1,2	-0,6
Intermediação financeira e seguros	-2,0	-3,2	0,5
Atividades imobiliárias	0,5	1,7	1,4
Outros serviços	4,5	-9,4	-12,0
Administração, educação e saúde públicas	1,2	-1,7	-2,2

Fonte: SPGG-RS/DEE (RIO GRANDE DO SUL, 2021a).
(1) Com ajuste sazonal.

Tabela 3.3 - Variação da área plantada, da quantidade produzida e do rendimento médio dos principais produtos agrícolas do Rio Grande do Sul — 2020

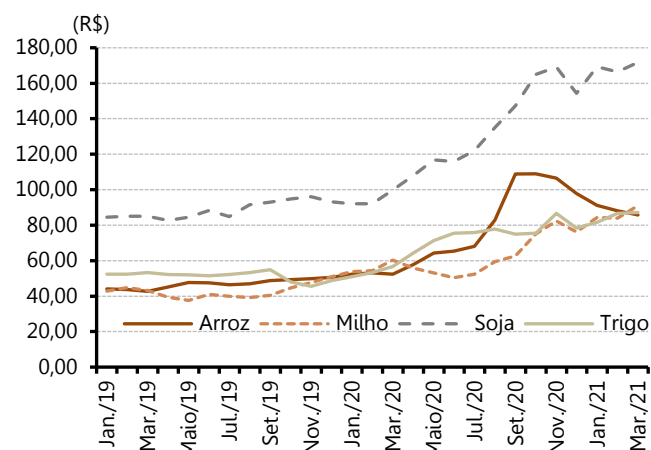
PRODUTOS	ÁREA PLANTADA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	RENDIMENTO MÉDIO (t/ha)
Arroz	-3,0	8,3	11,7
Fumo	-4,2	-22,7	-19,4
Milho	-1,6	-26,7	-25,5
Soja	2,3	-38,9	-40,3
Trigo	25,4	-8,0	-26,6

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021b).

O faturamento do setor acabou não sendo tão impactado, pois os preços dos principais produtos agrícolas do Estado apresentaram expressivas altas durante o ano (**Gráfico 3.2**). Houve elevações consistentes dos preços do arroz, do milho, da soja e do

trigo, principalmente no segundo semestre de 2020. O preço do arroz, com elevação de 63,2% em termos reais no acumulado do ano, teve um arrefecimento após outubro, mesmo assim se manteve em patamar elevado quando a comparação é feita com os valores de 2019.

Gráfico 3.2 - Evolução dos preços reais do arroz, milho, soja e trigo no Brasil — 2019-21



Fonte: Preços agropecuários (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2021).
Nota: Valores corrigidos pelo IPCA.

O VAB da indústria caiu 5,8% no acumulado de 2020, com todas as quatro atividades apresentando queda em relação a 2019. A maior redução ocorreu no VAB da atividade de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (-13,7%), desempenho afetado principalmente pela diminuição da produção de energia elétrica de fonte hídrica. A falta de chuvas durante os primeiros meses do ano e durante a primavera tiveram como uma das consequências a redução dos reservatórios das usinas hidrelétricas. Também apresentaram queda no acumulado do ano os VABs da indústria extrativa mineral (-0,2%), da construção (-8,1%) e da indústria de transformação (-3,9%).

Das 14 atividades da indústria de transformação pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, houve queda em nove (**Tabela 3.4**). As maiores reduções ocorreram nas atividades de veículos automotores, reboques e carrocerias (-21,9%), couros e calçados (-21,9%), produtos minerais não metálicos (-11,0%) e móveis (-10,0%). Por outro lado, destacaram-se os crescimentos das atividades de produtos de metal (8,8%), produtos do fumo (8,8%) e celulose e produtos de papel (4,0%).

Apesar da queda expressiva do setor no acumulado de 2020, os dois últimos trimestres do ano apresentaram taxas positivas de crescimento em meio ao

processo de recuperação do setor. No 4.º trim./2020, a indústria expandiu-se 1,8% em relação ao 3.º trim./2020, na série com ajuste sazonal. O resultado foi puxado principalmente pelo desempenho positivo da indústria de transformação, que cresceu 5,6% nessa base de comparação. A retomada foi tão intensa que, ao final do ano, o nível de produção da indústria já estava 3,4% superior ao do 4.º trim./2019 (**Gráfico 3.3**). Essa recuperação só foi possível pelo forte crescimento da indústria de transformação, pois os níveis de produção das atividades de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (-17,9%) e construção (-6,4%) ainda estavam, no último trimestre de 2020, abaixo do prevalente no 4.º trim./2019.

Tabela 3.4 - Taxas de crescimento da produção física da indústria de transformação em relação a igual período do ano anterior, por atividade econômica, no Rio Grande do Sul e no Brasil — jan./2020-fev./2021

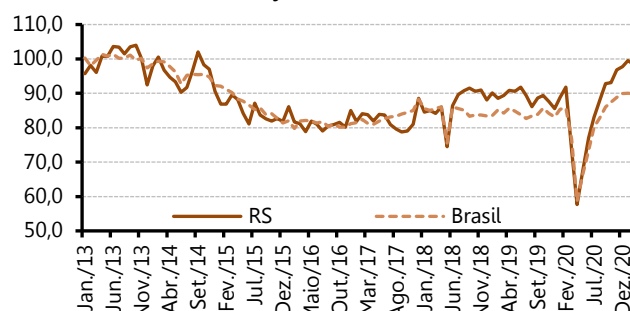
ATIVIDADES	RS				BRASIL			
	RS		BRASIL		RS		BRASIL	
	Jan.- Dez./20	Jan.- Fev./21	Jan.- Dez./20	Jan.- Fev./21	Jan.- Dez./20	Jan.- Fev./21	Jan.- Dez./20	Jan.- Fev./21
Indústria de transformação	-5,5	8,4	-4,6	2,0	-4,6	2,0	-4,6	2,0
Produtos alimentícios	-0,6	-4,9	4,2	-5,1	4,2	-5,1	4,2	-5,1
Bebidas	1,6	1,3	-0,2	-2,7	-0,2	-2,7	-0,2	-2,7
Produtos do fumo	8,8	-2,9	10,1	5,3	10,1	5,3	10,1	5,3
Couros e calçados	-21,9	4,7	-18,9	1,7	-18,9	1,7	-18,9	1,7
Celulose e produtos de papel	4,0	10,8	1,3	4,5	1,3	4,5	1,3	4,5
Derivados de petróleo e biocombustíveis	-0,8	-15,0	4,4	-3,9	4,4	-3,9	4,4	-3,9
Produtos químicos	-4,4	16,8	-0,5	6,8	-0,5	6,8	-0,5	6,8
Produtos de borracha e plástico	0,7	15,8	-2,4	8,3	-2,4	8,3	-2,4	8,3
Produtos de minerais não metálicos	-11,0	0,8	-2,6	10,8	-2,6	10,8	-2,6	10,8
Metalurgia	-1,7	4,8	-7,2	6,1	-7,2	6,1	-7,2	6,1
Produtos de metal	8,8	24,8	0,1	13,2	0,1	13,2	0,1	13,2
Máquinas e equipamentos	-1,0	47,0	-4,2	18,0	-4,2	18,0	-4,2	18,0
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-21,9	-2,4	-28,2	-1,6	-28,2	-1,6	-28,2	-1,6
Móveis	-10,0	9,6	-3,8	5,5	-3,8	5,5	-3,8	5,5

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021c).

A recuperação da indústria de transformação observada no segundo semestre de 2020 adentrou os dois primeiros meses de 2021. A produção física industrial do Rio Grande do Sul apresentou crescimento de 8,4% na comparação com o mesmo período de 2020. Algumas atividades apresentaram taxas bastante altas de crescimento no período, como máquinas e equipamentos (47,0%), produtos de metal (24,8%), produtos químicos (16,8%) e produtos de borracha e

plástico (15,8%). Entretanto, o desempenho foi ainda heterogêneo, restando quedas em atividades importantes, como derivados de petróleo e biocombustíveis (-15,0%), produtos alimentícios (-4,9%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (-2,4%).

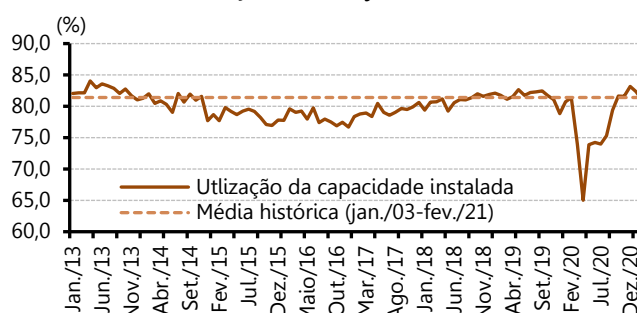
Gráfico 3.3 - Índice da produção física da indústria de transformação do Rio Grande do Sul e do Brasil — jan./2013-fev./2021



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021c).
Nota: 1. Os índices têm como base a média de 2013 = 100.
2. Série com ajuste sazonal.

O indicador da utilização da capacidade instalada da indústria de transformação gaúcha acompanhou muito de perto a recuperação da produção física industrial (**Gráfico 3.4**). Já em outubro, o valor de 81,7% era maior que a média histórica (81,4%) e levemente superior à média de 2019 (81,6%). Em dezembro, o valor de 83,2% foi superior a qualquer valor observado desde o começo de 2012, indicando um pico, pelo menos local, de produção e de utilização da capacidade produtiva no final de 2020. Entre abril e dezembro de 2020, a recuperação do indicador do uso da capacidade instalada foi de 27,9%, crescimento puxado, principalmente, pelas atividades de metalurgia, veículos automotores e móveis. Em janeiro e fevereiro de 2021, o indicador apresentou dois recuos sucessivos, mas, mesmo assim, permaneceu bem próximo da média histórica.

Gráfico 3.4 - Utilização da capacidade instalada da indústria de transformação do RS — jan./2013-fev./2021



Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (2021).
Nota: Série com ajuste sazonal.

Dentre os três setores, serviços foi o que apresentou a menor queda em 2020, no Rio Grande do Sul. Em relação a 2019, a redução de seu VAB foi de 4,8%. Das sete atividades, houve crescimento apenas no VAB de intermediação financeira e seguros (0,5%) e de atividades imobiliárias (1,4%). As outras apresentaram quedas, sendo as maiores em outros serviços (-12,0%) e no comércio (-5,4%). Essas duas atividades foram as mais impactadas pela pandemia, estando seus desempenhos bastante associados à movimentação das pessoas. No agregado de outros serviços, estão atividades que sofreram quedas expressivas nos piores meses da pandemia, como a de alojamento e alimentação e serviços domésticos.

No comércio, das 11 atividades, houve queda em sete, sendo as mais expressivas em livros, jornais, revistas e papelaria (-34,4%), tecidos, vestuário e calçados (-28,8%), veículos, motocicletas, partes e peças (-21,6%) e equipamentos para escritório, informática e comunicações (-18,8%) (**Tabela 3.5**). Por outro lado, apresentaram crescimento as vendas de produtos de primeira necessidade, como hipermercados, supermercados, alimentos, bebidas e fumo (5,4%) e artigos farmacêuticos, de perfumaria e cosméticos (4,0%), e atividades que foram beneficiadas pela maior presença das pessoas em casa e pelo estímulo do Auxílio Emergencial, como material de construção (8,3%) e móveis (0,3%).

Após a queda expressiva no segundo trimestre do ano, os serviços também apresentaram recuperação durante o segundo semestre. No 4.º trim./2020, os serviços expandiram-se 1,6% em relação ao 3.º trim./2020, na série com ajuste sazonal. Das sete atividades desagregadas, houve crescimento em seis, sendo a intermediação financeira e seguros (-2,0%) a única a ter queda nessa base de comparação. As maiores altas vieram dos outros serviços (4,5%), do transporte, armazenagem e correio (2,6%) e do comércio (2,3%).

Mesmo com a retomada dos serviços nos últimos dois trimestres do ano, o setor não conseguiu recuperar o nível de produção observado no quarto trimestre de 2019. Ao final do ano, o volume da produção ainda estava 3,7% abaixo do registrado no 4.º trim./2019. Dentre as atividades, apenas as atividades imobiliárias conseguiram recuperar o nível de produção de um ano antes. As demais, com destaque para os outros serviços, ainda apresentaram queda nesta base de comparação.

Tabela 3.5 - Taxa de crescimento do volume de vendas do comércio varejista ampliado em relação a igual período do ano anterior, por atividade econômica, no Rio Grande do Sul e no Brasil — jan./2020-fev./2021

ATIVIDADES	RS				BRASIL			
	Jan.-		Jan.-		Jan.-		Jan.-	
	Dez./20	Fev./21	Dez./20	Fev./21	Dez./20	Fev./21	Dez./20	Fev./21
Comércio varejista ampliado	-5,2	-9,1	-1,4	-2,5	-1,4	-2,5	-1,4	-2,5
Combustíveis e lubrificantes	-9,4	-33,6	-9,7	-9,0	-9,7	-9,0	-9,7	-9,0
Hipermercados, supermercados, alimentos, bebidas e fumo	5,4	-5,3	4,8	-1,7	4,8	-1,7	4,8	-1,7
Tecidos, vestuário e calçados	-28,8	-20,5	-22,5	-20,0	-22,5	-20,0	-22,5	-20,0
Móveis	0,3	7,8	11,9	0,3	11,9	0,3	11,9	0,3
Eletrodomésticos	-3,9	-5,9	10,0	-3,2	10,0	-3,2	10,0	-3,2
Artigos farmacêuticos, de perfumaria e cosméticos	4,0	16,2	8,3	10,9	8,3	10,9	8,3	10,9
Livros, jornais, revistas e papelaria.....	-34,4	-54,7	-30,6	-48,1	-30,6	-48,1	-30,6	-48,1
Equipamentos para escritório, informática e comunicação	-18,8	-35,1	-16,2	-12,1	-16,2	-12,1	-16,2	-12,1
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-5,2	-11,4	2,5	6,2	2,5	6,2	2,5	6,2
Veículos, motocicletas, partes e peças	-21,6	-16,5	-13,6	-10,1	-13,6	-10,1	-13,6	-10,1
Material de construção	8,3	12,9	10,8	14,3	10,8	14,3	10,8	14,3

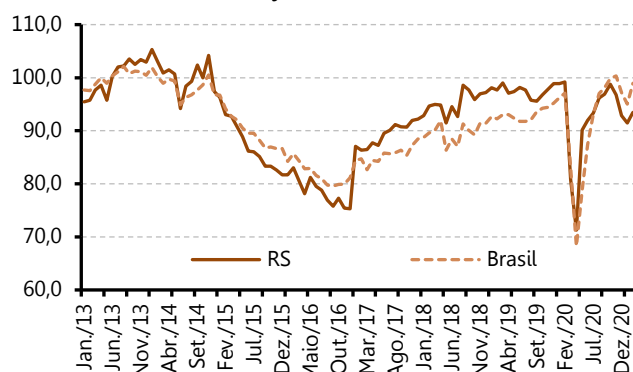
Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021d).

Em relação ao comércio especificamente, o nível de produção do quarto trimestre do ano ainda estava 2,3% abaixo do verificado um ano antes. Em termos mensais, a recuperação iniciada em maio de 2020 prosseguiu até outubro, quando inverteu a tendência e voltou a apresentar queda na comparação com o mês imediatamente anterior. Houve redução nas vendas em novembro (-2,0%), dezembro (-4,0%) e janeiro de 2021 (-1,5%), com pequena reversão em fevereiro, quando cresceu 2,2% (**Gráfico 3.5**). Tal movimento parece estar relacionado com a diminuição em 50% do Auxílio Emergencial a partir de setembro e com seu fim a partir do início de 2021.

Na comparação com o mesmo período de 2020, as vendas do comércio do Rio Grande do Sul caíram 9,2% no acumulado de janeiro e fevereiro de 2021, taxa bem superior à queda observada no Brasil, que foi de 2,5%. As maiores reduções aconteceram nas atividades de livros, jornais, revistas e papelaria (-54,7%), de equipamentos de escritório, informática e comunicações (-35,1%) e de combustíveis e lubrificantes (-33,6%). Houve crescimento em apenas três ativi-

dades: artigos farmacêuticos, de perfumaria e cosméticos (16,2%), material de construção (12,9%) e móveis (7,8%).

Gráfico 3.5 - Índice do volume de vendas do comércio varejista ampliado do Rio Grande do Sul e do Brasil — jan./2013-fev./2021



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021d).

Nota: 1. Os índices têm como base a média de 2013 = 100.
2. Série com ajuste sazonal.

3.2 SETOR EXTERNO

Conforme informado na primeira parte deste boletim, o comércio internacional de bens apresentou, como resultado dos efeitos da pandemia, queda de 9,6% em 2020. Entretanto, a recuperação foi relativamente rápida, e, ao final do ano, a taxa já estava positiva (0,2%) quando a comparação era feita entre o trimestre encerrado em dezembro de 2020 e o mesmo período de 2019.

De janeiro a dezembro de 2020, as exportações do Rio Grande do Sul atingiram o valor de US\$ 14.059,6 milhões, uma retração de 24,2% em relação ao mesmo período do ano anterior (**Tabela 3.6**). À redução do comércio internacional, no caso do Rio Grande do Sul, se somou a diminuição das exportações dos produtos agropecuários afetados pela estiagem.

A agropecuária, atividade de maior participação nas vendas externas do Estado, teve redução de 24,8% no valor dos embarques, desempenho associado à queda das exportações de soja (-28,8%), em função da redução da oferta do produto. Outras atividades também apresentaram quedas expressivas, contribuindo negativamente para o resultado geral. Entre essas atividades, as maiores quedas ocorreram nas exportações de celulose e papel (-47,5%), veículos automotores, reboques e carrocerias (-37,0%), produtos químicos (-32,8%) e couros e calçados (-25,0%). Na lista das

principais atividades exportadoras de 2020, houve crescimento dos valores embarcados apenas de produtos alimentícios (11,7%) e produtos de metal (7,1%). No primeiro caso, a maior contribuição veio do aumento das vendas de carnes, enquanto, no segundo caso, a elevação das exportações esteve principalmente associada com o crescimento das vendas de armas e munições.

Tabela 3.6 - Valor das exportações acumulado no ano, total e por atividades econômicas, e variações em relação ao mesmo período do ano anterior no Rio Grande do Sul — jan./2020-mar./2021

ATIVIDADES	JAN-DEZ/2020		JAN-MAR/2021	
	Valor (US\$ 1.000)	Variação %	Valor (US\$ 1.000)	Variação %
Agropecuária	3.495.965	-24,8	315.258	-31,7
Produtos alimentícios	3.462.938	11,7	851.812	27,0
Produtos do fumo	1.287.304	-24,9	348.135	26,4
Produtos químicos	1.058.052	-32,8	297.882	9,3
Máquinas e equipamentos	694.805	-10,5	203.045	4,0
Celulose e papel	691.883	-47,5	154.316	-1,6
Veículos automotores, reboques e carrocerias	680.471	-37,0	155.435	-17,2
Couros e calçados	671.781	-25,0	205.692	2,5
Produtos de metal	504.252	7,1	139.062	48,5
Produtos de borracha e plástico.....	268.343	-11,1	65.978	-7,4
Outros	1.243.814	-53,2	335.092	12,0
Total	14.059.608	-24,2	3.071.707	6,5

Fonte: Comex Stat (BRASIL, 2021a).

Quanto ao destino das exportações gaúchas, houve queda nas vendas para todos os 10 principais países compradores entre janeiro e dezembro de 2020, em relação a igual período do ano anterior (**Tabela 3.7**). As vendas para a China, principal mercado externo do Estado, caíram 23,4% em 2020. Tal queda esteve muito mais associada à diminuição da oferta gaúcha de soja em função da estiagem do que à redução da demanda chinesa, até porque o país asiático foi um dos poucos a apresentar crescimento da atividade econômica no ano. Também apresentaram quedas expressivas as vendas para o Chile (-38,2%), principalmente pela diminuição dos embarques de automóveis, para a Bélgica (-23,3%), pela redução dos embarques de fumo, e para o Peru (-22,5%), também em função da queda das vendas de automóveis.

Após a queda verificada no acumulado do ano de 2020, as exportações gaúchas iniciaram 2021 com crescimento, seguindo, de certa forma, a recuperação observada no comércio internacional. Entre janeiro e março de 2021, as vendas do Estado cresceram 6,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Na

abertura por atividades, os maiores aumentos vieram dos produtos de metal (48,5%), produtos alimentícios (27,0%) e produtos do fumo (26,4%). Quanto aos destinos, houve crescimento em oito dos 10 principais países, com destaque para o Chile (36,9%), Peru (35,5%) e Arábia Saudita (33,9%).

Tabela 3.7 - Valor das exportações acumulado no ano, total e por destino, do Rio Grande do Sul — jan./2020-mar./2021

ATIVIDADES	JAN-DEZ/2020		JAN-MAR/2021	
	Valor (US\$ 1.000)	Variação %	Valor (US\$ 1.000)	Variação %
China	4.327.024	-23,4	526.061	7,3
Estados Unidos	1.234.042	-16,0	294.979	5,7
Argentina	824.644	-12,6	207.336	-5,9
Bélgica	440.234	-23,3	90.482	-3,6
Uruguai	367.908	-8,8	98.930	11,0
Arábia Saudita	335.321	-2,8	114.221	33,9
Coreia do Sul	326.297	-10,6	95.504	7,6
Chile	311.677	-38,2	90.106	36,9
Paraguai	306.750	-17,4	90.196	19,1
Peru	248.042	-22,5	77.728	35,5
Outros	5.337.669	-29,7	1.386.164	3,5
TOTAL	14.059.608	-24,2	3.071.707	6,5

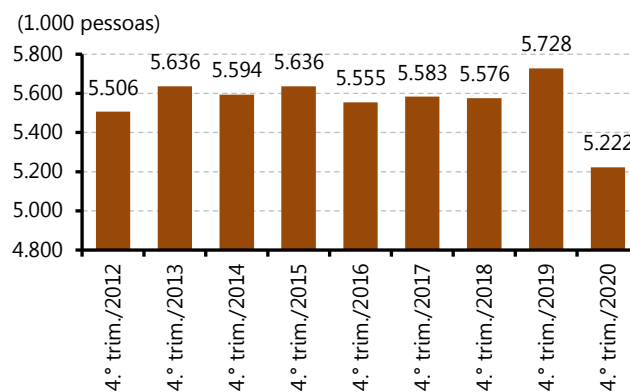
Fonte: Comex Stat (BRASIL, 2021a).

3.3. MERCADO DE TRABALHO

Refletindo o desempenho da atividade econômica, o ano de 2020 foi bastante ruim também para o mercado de trabalho do Rio Grande do Sul. Os principais indicadores (número de ocupados e taxa de desocupação) pioraram consideravelmente entre o quarto trimestre de 2019 e o terceiro trimestre de 2020, e a melhora ocorrida no quarto trimestre significou uma reversão apenas parcial do quadro de deterioração. Apesar da melhora recente, os principais indicadores ainda permanecem em patamares elevados quando comparados com os registrados em 2019.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) mostram que houve crescimento no número de ocupados no Rio Grande do Sul na passagem do terceiro para o quarto trimestre de 2020. Em termos absolutos, o incremento foi de 248 mil pessoas, e, em termos relativos, a elevação foi de 5,0%. Entretanto, quando se compara o dado do 4.º trim./2020 com o do mesmo período de 2019, o indicador ainda apresenta queda. A estimativa de 5.222 mil pessoas ocupadas para o último trimestre do ano significa uma diminuição de 507 mil pessoas em relação ao 3.º trim./2020, uma redução de 8,8% (**Gráfico 3.6**).

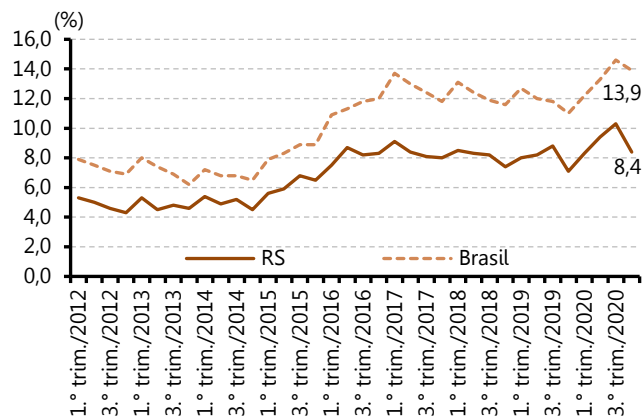
Gráfico 3.6 - Número de ocupados no Rio Grande do Sul — 4.º trim. 2012-20



Fonte: PNAD Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021f).

A taxa de desocupação apresentou movimento similar. No 4.º trim./2020, a taxa atingiu 8,4% da força de trabalho, uma redução de 2,0 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior (**Gráfico 3.7**). No entanto, quando a comparação é feita com o mesmo trimestre de 2019, a taxa de desocupação do Estado passou de 7,1% para 8,4%, um acréscimo de 1,2 ponto percentual.

Gráfico 3.7 - Taxa de desocupação no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-4.º trim./2020



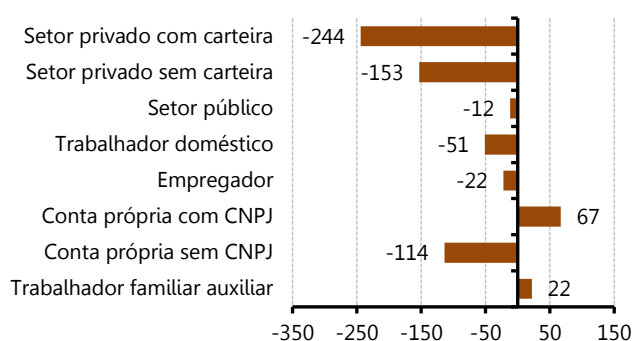
Fonte: PNAD Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021f).

É importante reforçar a ideia de que a taxa de desocupação só não está sendo maior porque o número de pessoas na força de trabalho tem apresentado queda ao longo de 2020. No 4.º trim./2020, a força de trabalho alcançou o número de 5.698 mil pessoas, um decréscimo de 471 mil pessoas em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Por tipo, apenas os empregos por conta própria com registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) (67 mil) apresentaram aumento no 4.º trim./2020, em relação a igual trimestre do ano

anterior (**Gráfico 3.8**). Os empregos no setor privado com carteira (-244 mil pessoas), no setor privado sem carteira (-153 mil), dos trabalhadores domésticos (-51 mil) e nos empregos por conta própria sem CNPJ (-114 mil) apresentaram queda no período. As variações nos números de ocupados no setor público (-12 mil pessoas), como empregador (-22 mil) e trabalhador familiar auxiliar (22 mil) foram consideradas sem significância estatística.

Gráfico 3.8 - Variação absoluta do número de ocupados (em 1.000 pessoas), por tipo de emprego, no Rio Grande do Sul — 4.º trim./2020/4.º trim./2019



Fonte: PNAD Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021f).

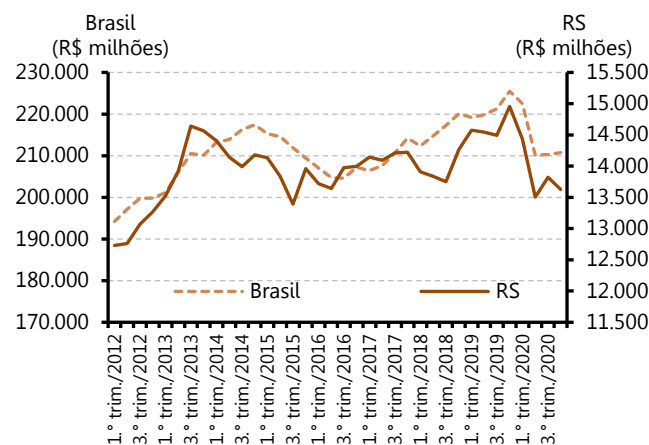
O rendimento médio real passou de R\$ 2.689 no 4.º trim./2019 para R\$ 2.705 no mesmo período de 2020, mas sua variação foi considerada não significativa. Como o número de ocupados caiu na mesma base de comparação, a massa de rendimentos real também teve redução, de 8,9% (**Gráfico 3.9**).

Os dados do emprego formal apresentaram resultados positivos ao longo do segundo semestre do ano, com a exceção de dezembro, mês que tradicionalmente apresenta um número maior de desligamentos do que de admissões (**Gráfico 3.10**). A geração de saldos positivos no período não foi capaz, entretanto, de contrabalançar os saldos negativos registrados entre março e junho.

No acumulado do ano, a economia do Estado perdeu 23.053 empregos, uma variação de -0,9% em relação ao estoque de empregos de janeiro de 2020 (**Tabela 3.8**). Setorialmente, as perdas concentraram-se no comércio (-4.924 vagas) e nos serviços (-23.295). Dentro deste último setor, destacam-se os saldos negativos registrados nas atividades de alimentação (-13.539), alojamento (-4.020) e artes, cultura, esporte e recreação (-1.643). De outro lado, houve criação líquida de empregos nas atividades da agropecuária

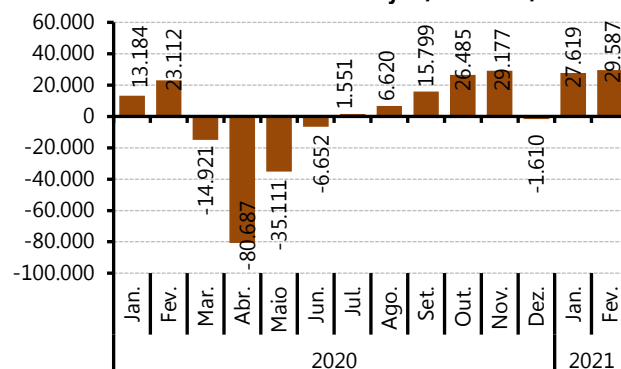
(641), da indústria de transformação (3.596), da construção (706) e das outras indústrias (223).

Gráfico 3.9 - Massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-4.º trim./2020



Fonte: PNAD Contínua (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021f).

Gráfico 3.10 - Saldo entre admitidos e desligados no emprego formal do Rio Grande do Sul — jan./2020-fev./2021



Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2021b).

Tabela 3.8 - Saldo do emprego formal entre admitidos e desligados, estoque e variação, total e por atividade econômica, no Rio Grande do Sul — jan./2020-fev./21

ATIVIDADES	ESTOQUE EM JAN/20	SALDO	
		Jan.-Dez./20	Jan.-Fev./21
Total	2.562.045	-23.053	57.206
Agropecuária	85.791	641	6.994
Indústria de transformação	623.189	3.596	28.832
Construção	131.429	706	2.885
Outras indústrias	30.979	223	355
Comércio	621.739	-4.924	5.236
Serviços	1.068.918	-23.295	12.904

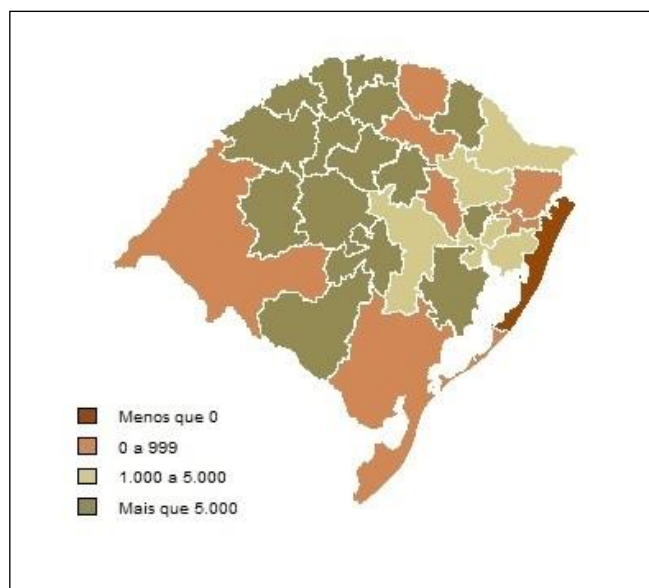
Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2021b).

A melhora do quadro do emprego formal prosseguiu no começo de 2021. Em janeiro e fevereiro, houve criação de 57.206 novas vagas de emprego no

Estado. Todas as principais atividades apresentaram saldos positivos entre admissões e desligamentos, com destaque para a indústria de transformação (28.832), serviços (12.904), agropecuária (6.994) e comércio (5.236).

Regionalmente, houve ganhos líquidos de emprego em 27 dos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) do Estado no primeiro bimestre de 2021 (**Figura 3.1**). Os municípios do Corede Vale do Rio dos Sinos apresentaram o maior saldo positivo (9.344), principalmente pelo aumento do emprego nas atividades industriais de couros e calçados e de produtos de metal. Na sequência, o Corede Serra, com criação de 8.701 empregos no período, resultado dos aumentos de produção nas indústrias metalmeccânica e de móveis, principalmente. Também apresentaram saldos positivos acima de 5.000 empregos os Coredes Campos de Cima da Serra (7.126), Vale do rio Pardo (5.893) e Metropolitano Delta do Jacuí (5.360).

Figura 3.1 - Saldo entre admitidos e desligados no emprego formal nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) do Rio Grande do Sul — jan.-fev./2021



Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2021b).

O Corede Litoral foi o único a apresentar saldo negativo no emprego em janeiro e fevereiro. A perda líquida de 116 vagas esteve, em grande parte, ligada ao movimento negativo do comércio nesta região.

Em termos municipais, houve, em 2020, saldos positivos no emprego formal em 280 municípios, saldos negativos em 206 e saldo zero em 11. Os municípios que apresentaram os maiores saldos positivos foram Marau, Carlos Barbosa, São Leopoldo, Vacaria e Lajeado. Já os maiores saldos negativos foram regis-

trados em Porto Alegre, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Gravataí e Santa Maria. Nos dois primeiros meses de 2021, ocorreu criação de novas vagas de emprego formal em 403 municípios, um claro sinal de um processo regionalmente disseminado de geração de emprego. Houve perda em 79 municípios, e 15 apresentaram saldo zero.

Os municípios que apresentaram os maiores saldos positivos foram Vacaria (a atividade de maior contribuição foi a colheita da maçã), Caxias do Sul (indústria metalmeccânica), Novo Hamburgo (indústria de calçados), Venâncio Aires (indústria do fumo) e Porto Alegre (serviços). Já os municípios de maiores saldos negativos foram Morro Redondo (indústria de conservas), Capão da Canoa (comércio), Eldorado do Sul (serviços), Cristal (serviços) e Arroio do Sal (comércio) (**Tabela 3.9**).

Tabela 3.9 - Maiores saldos entre admitidos e desligados, estoque do emprego formal e variação, por municípios, no Rio Grande do Sul – jan.-fev./2021

MUNICÍPIOS	SALDO	ESTOQUE EM DEZ/2020	VARIAÇÃO %
Maiores saldos positivos			
Vacaria	6.033	17.047	35,4
Caxias do Sul	3.601	148.041	2,4
Novo Hamburgo ..	2.713	65.510	4,1
Venâncio Aires	2.571	15.375	16,7
Porto Alegre	2.469	537.251	0,5
Maiores saldos negativos			
Morro Redondo	-480	943	-50,9
Capão da Canoa ...	-411	11.324	-3,6
Eldorado do Sul	-140	16.540	-0,8
Cristal	-104	2.152	-4,8
Arroio do Sal	-85	1.392	-6,1

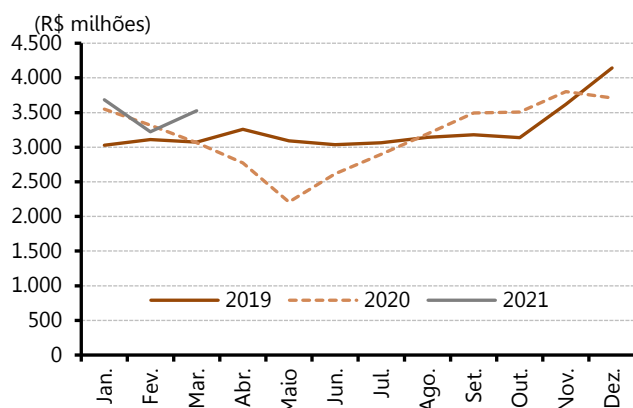
Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2021b).

3.4 ARRECAÇÃO DE ICMS

Ao longo dos 12 meses de 2020, a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Rio Grande do Sul apresentou evolução muito próxima à da produção industrial e das vendas do comércio, atividades que responderam por 77,0% do total arrecadado com o imposto no período analisado. A recuperação da arrecadação iniciou em junho e foi até novembro. Em dezembro, ocorreu uma pequena queda em relação ao mês anterior (**Gráfico 3.11**). O valor total arrecadado com o imposto entre janeiro e dezembro, a preço de março de 2021, alcançou R\$ 38.129,6 milhões, um decréscimo real de 1,9%

em relação ao montante de 2019 (**Tabela 3.10**). Setorialmente, as maiores perdas ocorreram na atividade de informação e comunicação (-10,8%) e na indústria de transformação (-4,2%). Já o ICMS do comércio apresentou crescimento de 2,7% no período.

Gráfico 3.11 - Arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) no Rio Grande do Sul — 2019-2021



Fonte: Sefaz-RS/Dados Abertos (RIO GRANDE DO SUL, 2021).
Nota: Valores constantes a preços de mar./2021, corrigidos pelo IPCA.

Tabela 3.10 - Arrecadação e variação em relação ao mesmo período do ano anterior do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) no Rio Grande do Sul — jan./2020-mar./2021

ATIVIDADES	JAN-DEZ/2020		JAN-MAR/2021	
	Valor (US\$ 1.000)	Variação %	Valor (US\$ 1.000)	Variação %
Agropecuária	290.690	51,5	62.545	16,9
Indústria de transformação	18.252.020	-4,2	4.925.474	4,9
Outras indústrias	4.080.499	-2,9	1.079.819	-12,5
Comércio	11.089.262	2,7	3.278.128	14,7
Informação e comunicação	2.129.858	-10,8	511.191	-6,8
Outros serviços	925.678	8,3	236.830	9,4
Não classificadas	1.361.595	-1,4	338.691	5,4
Total	38.129.601	-1,9	10.432.678	5,1

Fonte: Sefaz-RS/Receita Dados (RIO GRANDE DO SUL, 2021).
Nota: Valores constantes a preços de mar./2021, corrigidos pelo IPCA.

No primeiro trimestre de 2021, a arrecadação de ICMS foi de R\$ 10.432,7 milhões, um aumento real de 5,1% em relação aos mesmos meses de 2020. As maiores contribuições vieram da indústria de transformação (4,9%) e do comércio (14,7%).

3.5 PERSPECTIVAS

As perspectivas para o desempenho da economia do Rio Grande do Sul no começo de 2021 são mistas. Pelo lado da agropecuária, a previsão é de uma retomada forte da produção agrícola após um ano de

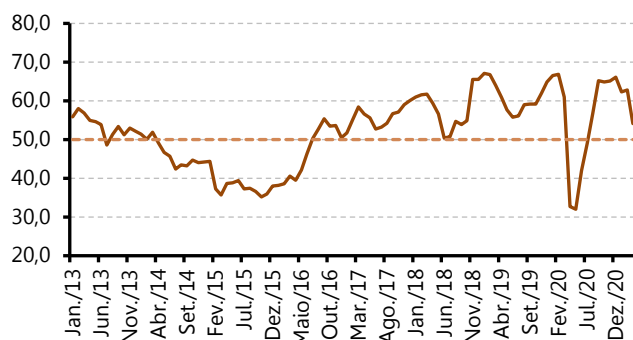
estiagem. Já em relação à indústria, ao comércio e aos serviços de modo geral, a perspectiva é, neste momento, de piora do quadro econômico, associada ao recrudescimento da pandemia.

Como é esperado em anos posteriores a quebras severas de safras em função de estiagens, as previsões indicam que 2021 terá uma expansão importante na atividade agropecuária gaúcha. As previsões do IBGE de março indicam um crescimento nas quantidades produzidas de soja (74,0%), fumo (20,6%) e milho (5,2%). Das quatro principais culturas do Estado, apenas a de arroz deverá ter redução na produção, de 0,8%. A se confirmar esse quadro, principalmente pelo aumento considerável da produção de soja, principal produto da agricultura gaúcha, o setor da agropecuária deverá apresentar uma taxa bastante positiva de crescimento em 2021, notadamente no segundo trimestre do ano, que é o período que concentra a colheita da soja.

No caso da indústria de transformação, após apresentar taxas positivas de crescimento nos últimos meses de 2020 e início de 2021, a atividade começou a enfrentar problemas, principalmente a partir de março, com o recrudescimento da pandemia no País e no Estado. Como exemplo, começaram a ser noticiadas paralisações temporárias das atividades de fábricas de veículos automotores, tanto no Rio Grande do Sul quanto no restante do Brasil. Os dados do Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI-RS) do Rio Grande do Sul dos primeiros meses de 2021 captaram este sentimento de deterioração do quadro. Após atingir o valor de 66,1 (valores acima de 50,0 indicam otimismo) em dezembro de 2020, o índice voltou a piorar. Em março de 2021, atingiu o valor de 54,1, uma queda de 18,2% em três meses (**Gráfico 3.12**).

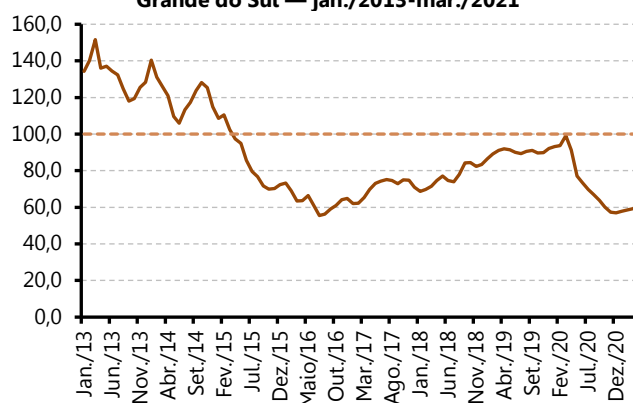
O comércio varejista ampliado do Estado começou, conforme visto anteriormente neste boletim, a apresentar redução das vendas a partir de outubro, na comparação com o mês anterior. Com a interrupção do Auxílio Emergencial a partir de setembro de 2020 — o qual retornará, mas com metade do valor, a partir de abril de 2021 — e o recrudescimento da pandemia, a tendência é de agravamento do quadro. O indicador que mede a intenção de consumo das famílias gaúchas (ICF-RS) até apresentou evolução positiva nos primeiros meses de 2021, mas não a ponto de significar uma melhoria substancial das condições de consumo das famílias (**Gráfico 3.13**).

Gráfico 3.12 - Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI-RS) no Rio Grande do Sul — jan./2013-mar./2021



Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (2021a).
Nota: O índice varia entre 0 e 100 pontos; valores acima de 50 pontos indicam otimismo.

Gráfico 3.13 - Intenção de consumo das famílias (ICF-RS) no Rio Grande do Sul — jan./2013-mar./2021



Fonte: Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (2021).
Nota: O índice varia entre 0 e 200 pontos; valores acima de 100 pontos indicam otimismo.

Apesar das perspectivas positivas vindas da agricultura, é a evolução da pandemia que vai acabar ditando o ritmo da atividade econômica gaúcha nos próximos meses. Se, por um lado, a volta do Auxílio Emergencial pode promover um acréscimo de renda e, por consequência, de consumo, as medidas adotadas para refrear os efeitos da pandemia podem gerar um quadro de incerteza para a indústria e, principalmente, para o comércio e os serviços.

PRINCIPAIS INDICADORES MENS AIS

Tabela A.1 - Principais indicadores econômicos do Rio Grande do Sul e do Brasil — out./2020-mar./2021

	(%)					
DISCRIMINAÇÃO	OUT/20	NOV/20	DEZ/20	JAN/21	FEV/21	MAR/21
Índice de atividade econômica						
Rio Grande do Sul						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	1,01	-0,06	-0,17	2,66	3,96	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	0,23	0,35	1,69	2,70	11,27	-
Acumulado em 12 meses	-4,76	-4,74	-4,64	-4,33	-2,88	-
Brasil						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	1,14	0,80	0,78	1,25	1,70	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	-2,31	-0,60	1,56	-0,53	0,98	-
Acumulado em 12 meses	-3,94	-4,06	-4,00	-4,05	-4,02	-
Produção industrial						
Rio Grande do Sul						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	0,30	4,00	0,96	1,81	-1,12	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	3,24	9,05	18,93	8,92	7,89	-
Acumulado em 12 meses	-8,10	-6,93	-5,53	-4,80	-4,27	-
Brasil						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	1,02	1,01	0,78	0,44	-0,66	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	0,41	2,61	8,32	2,25	0,25	-
Acumulado em 12 meses	-5,52	-5,17	-4,45	-4,22	-4,18	-
Comércio						
Rio Grande do Sul						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	0,74	-0,80	-4,40	-0,81	0,82	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	2,23	-3,65	-4,80	-9,23	-8,96	-
Acumulado em 12 meses	-3,97	-4,45	-5,18	-6,01	-6,66	-
Brasil						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	1,81	0,49	-3,14	-2,23	4,14	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	6,09	4,12	2,81	-3,07	-1,94	-
Acumulado em 12 meses	-1,37	-1,33	-1,43	-1,96	-2,32	-
Serviços						
Rio Grande do Sul						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	0,53	3,16	-0,26	-1,53	1,95	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	-11,60	-6,74	-7,48	-9,16	-7,07	-
Acumulado em 12 meses	-11,64	-12,05	-12,62	-13,11	-13,44	-
Brasil						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	1,80	2,24	0,35	0,11	3,67	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	-7,36	-4,97	-3,14	-5,00	-2,02	-
Acumulado em 12 meses	-6,84	-7,41	-7,83	-8,36	-8,56	-
Preços						
IPCA-Porto Alegre						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	0,63	0,80	1,85	0,25	0,86	0,95
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	3,17	3,51	4,23	4,31	5,04	6,38
IPCA						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	0,86	0,89	1,35	0,25	0,86	0,93
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	3,92	4,31	4,52	4,56	5,20	6,10
IGP-DI						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	3,68	2,64	0,76	2,91	2,71	2,17
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	22,10	24,27	23,07	26,54	29,96	30,64

Fonte dos dados brutos: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021a).
 Pesquisa Industrial Mensal (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021c).
 Pesquisa Mensal do Comércio (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021d).
 Pesquisa Mensal dos Serviços (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021e).
 Banco Central do Brasil (2021).

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. Brasília, DF: BCB, 2021. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 7 abr. 2021.

BANCO MUNDIAL. **Global Economic Prospects: January 2021**. Washington, DC: World Bank, 2021.

BANCO MUNDIAL. **World Bank commodity price data**. Washington, DC: World Bank, 2021a.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. **Resultado do Tesouro Nacional**. Brasília, DF: Tesouro Nacional, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/resultado-do-tesouro-nacional-rtn>. Acesso em: 7 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais. **COMEX STAT**. Brasília, DF: Ministério da Economia, 2021a. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Painel de informações do Novo CAGED**: fevereiro 2021. Brasília, DF: Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, 2021b. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWl2liwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTtk3OCJ9>. Acesso em: 24 mar. 2021.

BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. **Gross Domestic Product**. Maryland: BEA, 2021.

CARVALHO, Leonardo Mello de. Impulsionados pela importação de plataformas de petróleo, investimentos apresentam alta de 22,2% em dezembro, encerrando o ano com queda de 0,8%. **Carta de Conjuntura**, [Brasília, DF], n. 50, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210303_cc_50_nota_16_indicador_fbcf.pdf. Acesso em: 24 mar. 2021.

CPB NETHERLANDS BUREAU FOR ECONOMIC POLICY ANALYSIS. **CPB world trade monitor**. Haia: CPB, 2021.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Indicadores industriais**. Porto Alegre: FIERGS, 2021. Disponível em: <https://www.fiergs.org.br/numeros-da-industria/indicadores-industriais>. Acesso em: 24 mar. 2021.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Índice de confiança do empresário industrial**. Porto Alegre: FIERGS, 2021a. Disponível em: <https://www.fiergs.org.br/numeros-da-industria/indice-de-confianca-do-empresario-industrial>. Acesso em: 24 mar. 2021.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS E DE SERVIÇOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Intenção de consumo das famílias gaúchas**. Porto Alegre: Fecomércio-RS, 2021. Disponível em: <http://fecomercao-rs.org.br/pesquisas/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Comunicado de Datação de Ciclos Mensais Brasileiros – Jun/2020 – CODACE**. [Rio de Janeiro]: FGV, 2020. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/node/1776>. Acesso em: 12 dez. 2020.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **World economic outlook: managing divergent recoveries**. Washington, DC: IMF, Apr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de contas nacionais trimestrais — SCNT**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática: **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060>. Acesso em: 07 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/lspa/tabelas>. Acesso em: 24 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional. Rio de Janeiro: IBGE, 2021c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pim-pf-regional/tabelas>. Acesso em: 24 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Mensal de Comércio. Rio de Janeiro: IBGE, 2021d. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pmc/tabelas>. Acesso em: 24 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Mensal de Serviços. Rio de Janeiro: IBGE, 2021e. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pms/tabelas>. Acesso em: 24 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - Divulgação Trimestral — 4.º trimestre de 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2021f. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 24 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – Referência 2010 – 4º trimestre 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2021g. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/cnt/brasil>. Acesso em: 24 mar. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (ARGENTINA). **Agregados macroeconómicos**. Buenos Aires: INDEC, 2021.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. **Quarterly data**. Pequim: NBS, 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **ILO Monitor**: COVID-19 and the world of work. 7. ed. [S. l.]: International Labour Organization, Jan. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. **Receita dados**. Porto Alegre: SEFAZ, 2021. Disponível em: <http://receitadados.fazenda.rs.gov.br/paineis/arrecadacao/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **PIB RS trimestral**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2021a. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/pib-trimestral>. Acesso em: 24 mar. 2021.

STATISTICAL OFFICE OF THE EUROPEAN COMMUNITIES (EUROSTAT). **Quarterly National Accounts**. Luxembourg: EU, 2021.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Preços agropecuários**. Piracicaba: CEPEA/ESALQ/USP, 2021. Disponível em: <https://cepea.esalq.usp.br/br/consultas-ao-banco-de-dados-do-site.aspx>. Acesso em: 24 mar. 2021.



NOVAS FAÇANHAS

NO PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

dee.rs.gov.br